



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2177/15	DATA: 22/10/2015	
LOCAL: Plenário 15 das Comissões	INÍCIO: 09h54min	TÉRMINO: 12h21min	PÁGINAS: 53

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

TALDEN QUEIROZ FARIAS - Professor da Universidade Federal da Paraíba, doutorando em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ.
WELISON ARAÚJO SILVEIRA - Pesquisador da Universidade Federal da Paraíba.
APOLO HERINGER LISBOA - Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, Coordenador do Projeto Manuelzão e Membro da Meta 2020 pela revitalização da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e corredor da Carta de Morrinhos.
JARBAS SOARES JÚNIOR - Procurador de Justiça de Minas Gerais e Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público de Minas Gerais - CEAF/MPMG.

SUMÁRIO

Discussão sobre os impactos causados pelas obras da transposição de águas do Rio São Francisco em comunidades tradicionais e assentamentos rurais. Apresentação do Projeto Manuelzão. Debate acerca da transposição e revitalização do Rio São Francisco.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há um orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenção ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Externa destinada a acompanhar as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido como transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Expediente.

Comunico às Sras. e aos Srs. Parlamentares o recebimento do Ofício nº 146, de 2015, do Deputado Adail Carneiro, justificando sua ausência na reunião do dia 6 de outubro de 2015, por motivo de saúde.

Ordem do Dia.

A audiência pública de hoje tem como temas: discussão sobre os impactos causados pelas obras de transposição de águas do Rio São Francisco em comunidades tradicionais e assentamentos rurais, objeto de requerimento de minha autoria; apresentação do Projeto Manuelzão, objeto do Requerimento nº 27, de 2015; e debate sobre a transposição e revitalização do Rio São Francisco, atendendo o Requerimento nº 29, de 2015, ambos de autoria da Deputada Raquel Muniz.

Agradeço desde já a presença aos convidados. Nós estamos em um plenário pequeno, mas vamos adequar o espaço físico às nossas necessidades.

Convido para tomar assento à Mesa o Prof. Dr. Talden Queiroz Farias, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com estágio de doutorado na Universidade de Paris. *(Pausa.)* Convido também para compor a Mesa o Sr. Welison Araújo Silveira, pesquisador da Universidade Federal da Paraíba. *(Pausa.)*

Nós vamos fazer didaticamente a apresentação dos dois convidados, e, posteriormente, nós faremos a alternância das Mesas.

Antes de passar a palavra aos convidados para que façam suas apresentações, peço aos Parlamentares que observem os seguintes procedimentos: o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Cunha, convocou reunião para as 11 horas, então nós teremos que adequar a nossa agenda. Os convidados terão um tempo de exposição de 10 a 15 minutos, depois nós faremos os debates em relação à transposição.



Comunico a todos também que existe uma previsão de visita às obras de transposição nos dias 5 e 6 no Ceará e em Pernambuco. Assim, nós teremos que adequar a agenda de audiências às datas das visitas externas.

Quanto ao de Orçamento da União, tentou-se, na Comissão de Orçamento, assegurar recursos para as obras estruturantes e para as obras complementares, não só nos Estados, mas também aquelas relativas à revitalização e ao saneamento do rio.

Pelos relatórios apresentados à Comissão, há, realmente, um contingenciamento bastante significativo desses recursos para as obras complementares da transposição. Corre-se o risco de, em se chegando à conclusão de todo o canal, os Estados não estarem aptos a receber o volume previsto de água, em virtude de as obras complementares não estarem conclusas.

Em alguns casos, também foi apresentada pelo Tribunal de Contas da União a quantidade de obras paralisadas em termos de saneamento, a pactuação na questão dos resíduos sólidos e a questão da revitalização: 55% dessas obras estão paradas, sendo que algumas delas têm licenças vencidas. Nós, da Comissão, precisamos tentar articular mais celeridade à complementação dessas obras.

Iniciando as exposições, passo a palavra ao Dr. Talden, já agradecendo a ele a presença nesta Comissão. Com certeza, a sua exposição vai contribuir para o nosso relatório final.

O SR. TALDEN QUEIROZ FARIAS - Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite ao digníssimo Presidente desta Comissão, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, bem como gostaria de cumprimentar todos os Parlamentares aqui presentes, o Procurador de Justiça Jarbas Soares, de Minas Gerais, e o Prof. Apolo Heringer, que é um patrimônio nacional na defesa do meio ambiente e, em particular, na defesa do Rio São Francisco.

Eu sou professor da Universidade Federal da Paraíba, na graduação e na pós-graduação, e advogado com atuação na área ambiental há 16 anos. Tenho acompanhado, desde o início das discussões, todos os debates sobre a transposição de águas do Rio São Francisco.



Eu tenho me colocado muito à vontade diante desse debate, porque eu sou natural de Campina Grande, ou seja, eu sou do Semiárido. E eu sou da parte do Semiárido que, em tese, seria — ou será — beneficiada pelos efeitos positivos dessa transposição.

Nossa preocupação aqui é relatar algumas questões relacionadas aos impactos ambientais. E, para definir impactos ambientais, adotamos o conceito jurídico, que abrange os impactos sociais, os impactos econômicos e os impactos ambientais propriamente ditos.

O licenciamento ambiental da transposição de águas do Rio São Francisco é um desafio, porque os órgãos ambientais não estão acostumados com uma obra dessa envergadura. Todos os dias, nós temos licenciamento ambiental para hospitais, postos de gasolina, pontes. Mas transposição de águas, principalmente uma transposição dessa envergadura, é algo raro, por que não dizer, não apenas no Brasil, mas também no mundo. É um assunto no qual o órgão ambiental não tem *expertise*.

Isso gera certo problema, porque, do ponto de vista do Direito Administrativo, o órgão ambiental, em tese, não pode negar algo que a legislação não vede ou proíba. Por outro lado, não existem ali os chamados padrões de qualidade ambiental.

Por exemplo, em relação à energia eólica, o licenciamento ambiental hoje é bem diferente do que era há 15 anos. Os órgãos ambientais foram identificando determinados impactos ambientais que inicialmente não se conhecia, sobre os quais não se sabia. Não se podia saber sobre eles, porque o estado da arte do conhecimento científico não era suficiente para que se previssem determinados efeitos, porque aquele empreendimento era novo, aquela tecnologia era nova.

Da mesma forma acontece agora com a transposição de águas do Rio São Francisco. Há uma série de impactos ambientais que não foram previstos pelos estudos de impacto ambiental.

Eu não estou aqui, de nenhuma forma, atribuindo nenhum tipo de responsabilidade aos técnicos que fizeram o estudo. De fato, existe uma dificuldade para essa análise. É uma obra imensa. É uma obra de enorme envergadura. Mas hoje já se verifica uma série de impactos ambientais que não foram previstos.



O licenciamento ambiental da transposição tem por escopo também a realização de compensações e de mitigações ambientais referentes àquilo que se faz e o que se previu, mas nem tudo está sendo feito no caso da transposição. A obra está atrasada, e as compensações ambientais estão mais atrasadas ainda. Então o que dizer desses impactos ambientais não previstos?

Sobre esses impactos o Prof. Welison, que vai falar depois de mim, dará mais detalhes, mas, em relação a eles, o que é que acontece? No Direito Ambiental, a responsabilidade civil é objetiva. Independentemente de aqueles impactos ambientais terem sido previstos ou não, o empreendedor é obrigado a arcar com as consequências daquilo. Por exemplo, há certos impactos ambientais não previstos sobre comunidades pesqueiras, relacionados a vazão, a desaparecimento de espécies e a disseminação maior de outras espécies de peixes.

É claro que existe uma série de impactos ambientais ocorrendo de forma simultânea, mas, sem dúvida, os efeitos da transposição de águas do Rio São Francisco já se fazem ver em toda a bacia. Então é preciso que o órgão ambiental avalie esses efeitos, é preciso que o órgão ambiental se manifeste sobre eles e é preciso que o Ministério Público, a sociedade civil e os demais órgãos de controle também exijam a compensação e a mitigação desses efeitos.

A transposição do Rio São Francisco, principalmente para nós, paraibanos e cearenses, sempre foi vendida como uma espécie de redenção. O discurso era da redenção, o discurso era de se aplacar a sede histórica e secular do nordestino. Inclusive nós tínhamos uma série de dificuldades de debater, de tentar marcar um contraponto.

Eu, particularmente, endosseí aquelas vozes críticas ao empreendimento, porque, na própria Bacia do Rio São Francisco, comunidades à beira do Rio São Francisco, não têm água. Petrolina, a maior cidade de Pernambuco— aqui nós temos dois Parlamentares, inclusive, de Petrolina, o Deputado Fernando Coelho e Deputado Gonzaga Patriota —, tem um problema de água terrível. Petrolina tem problema de saneamento terrível.

Nas outras cidades, a situação ainda é bem pior. A situação ainda é bem pior. Há esgoto diretamente no rio, há falta de conservação das matas ciliares.



Aliás, Petrolina é um caso de descumprimento do Código Florestal a céu aberto. Em alguns casos há decisões judiciais, inclusive uma decisão judicial recente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Então, vejam só: levantar esse contraponto foi muito difícil, porque existia uma certa histeria no discurso favorável: “É a transposição, é a transposição...”. O fato é que não se discutiu mais nada, como se a transposição por si só resolvesse.

A transposição de fato é uma realidade. A obra já se encontra no estágio avançado, e esse discurso de ser contra ou a favor, eu acho que ele já perdeu o momento. Ele já perdeu o *timing*. Agora, nós temos que lutar para que a transposição cumpra, efetivamente, os seus objetivos, para que os impactos ambientais sejam de fato mitigados e compensados, assim como aqueles impactos ambientais que não foram previstos no EIA/RIMA e que, portanto, não constaram como compensação ambiental.

Há impactos ambientais que, inclusive, foram previstos no EIA/RIMA, e não estão como compensação ambiental. A licença ambiental da transposição do Rio São Francisco é imensa. A lista de compensações é imensa, são 30 páginas. De fato, é uma licença ambiental bastante *sui generis*, como requer uma obra com aquelas dimensões.

Então, nós temos um caso em que não há uma expertise consolidada do órgão ambiental para um empreendimento dessa envergadura. Portanto, nós temos que aprender não apenas no ato de licenciar, como também na revisão e no monitoramento desse licenciamento ambiental. Esse é o caso daqueles licenciamentos ambientais de obras únicas, ou de obras e de atividades que começam a existir agora.

Em Pernambuco, por exemplo, há alguns anos foi inaugurada a primeira usina de biodiesel à base de algas geneticamente modificadas. Qual é o conhecimento do órgão ambiental para tratar daquela matéria, para exigir determinados padrões de qualidade ambiental? O órgão ambiental ainda está aprendendo. Muitas vezes, o órgão ambiental aprende, inclusive, com os técnicos do próprio órgão ambiental.

Nesse caso da transposição do Rio São Francisco, é preciso debater diretrizes, é preciso debater apontamentos para o licenciamento ambiental dessas



grandes obras, para as quais não se tem referência, não se tem uma construção de técnicas, de tecnologias.

Enfim, é algo novo. Obviamente, não cabe ao direito ambiental dizer: *“É algo novo, então vamos proibir”*. Não. Não vamos proibir, mas vamos estudar melhor. Vamos ter um acautelamento maior.

Em relação aos efeitos propriamente ditos, o Prof. Welison vai detalhá-los.

Eu agradeço ao Deputado Raimundo Gomes de Matos, devolvo a palavra a ele e me coloco à disposição da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Sem sombra de dúvida, a exposição do Dr. Talden comprova o que esta Comissão sempre vem debatendo e identificando. Em obra dessa magnitude, nós estamos executando, aprendendo e, ao mesmo tempo, tentando solucionar algumas ações.

Há também certa desintegração. Não existem vasos comunicantes entre as estruturas ministeriais. Isso dificulta muito determinadas ações. No momento em que se ouve a ANA — Agência Nacional de Águas, a CHESF — Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério das Cidades, percebe-se que não existe uma coordenação governamental que integre, dê um dinamismo e facilite vencer os obstáculos.

Quanto à questão das compensações ambientais, observa-se que, praticamente, pelos debates aqui já realizados, nada há que identifique a efetiva compensação, a partir do que foi estabelecido como garantia naquele documento que gerou toda essa licença ambiental.

Com certeza, esta Comissão vai ter a missão de tentar acelerar todas essas pactuações, a fim de que a obra, ao ser concluída, efetivamente cumpra a missão não somente de garantir água para o consumo humano, mas também de manter toda a estrutura agrícola e industrial, sem esquecer de que precisamos fazer toda essa estrutura de recuperação e revitalização das margens dos rios, nas matas ciliares.

Passo a palavra ao Dr. Welison Araújo Silveira.

O SR. WELISON ARAÚJO SILVEIRA - Bom dia a todos, senhoras e senhores, Exmo. Sr. Deputado Raimundo Gomes, a quem agradeço imensamente o convite para participação desta audiência pública, para debater os efeitos dos danos



ambientais, especificamente nas comunidades tradicionais, ocasionados pela obra da transposição do Rio São Francisco.

Ao Prof. Talden Farias agradeço também pela disponibilidade dele em poder comparecer a esta discussão e engrandecê-la com seus conhecimentos.

Ao Prof. Apolo, ao Prof. Jarbas e a todos os presentes, bom dia.

Primeiramente, eu gostaria de esclarecer que sou nordestino, oriundo de áreas que também serão beneficiadas pela transposição. Mas é preciso, na condição de pesquisador do tema, deixar um pouco a paixão para pensar e estudar as questões técnicas e os dados apresentados pela obra.

Então, foi esse o sentido que nos incentivou a elaborar e a trabalhar com a temática, que foi objeto de estudo no mestrado que fiz em Direito Econômico da Universidade Federal da Paraíba. Começamos a participar de alguns eventos, seminários, congressos e identificamos que muitos estudos acadêmicos estão sendo realizados sobre essa temática.

No entanto, a academia fica um pouco distante da colaboração com o Poder Executivo e com os próprios órgãos de Governo.

Então, o nosso pensamento foi trazer esse estudo para um amplo debate, quando identificamos que os estudos e as discussões trazidas à Comissão eram incipientes no que dizia respeito às comunidades tradicionais e em relação à transposição do Rio São Francisco. Prontamente, o Deputado Raimundo Gomes disponibilizou o ambiente desta Comissão para que apresentássemos esses estudos.

Nós fizemos uma análise crítica dos Estudos de Impacto Ambiental realizados pelos órgãos competentes e identificamos, especificamente, alguns pontos de discussão em relação aos estudos feitos especificamente sobre as comunidades pesqueiras, aos agricultores, às comunidades indígenas, a todas as comunidades tradicionais, as quais têm como parâmetro o Decreto nº 6.040, que trata daquelas comunidades que vivem e passam seus conhecimentos naquela própria região.

A obra da transposição se limita a apresentar condicionantes em casos de remoção de famílias, de inundações de áreas cultiváveis, de diminuição do potencial pesqueiro daquela região. O estudo feito se limita a apresentar propostas, no



entanto, tem sido constatado através de vários estudos e pesquisas que esses danos, além do impacto econômico, geram também grande impacto cultural.

Então, quando uma família de agricultores, de quilombolas, de tribos indígenas e de pescadores é atingida, em razão da obra da transposição, o aspecto analisado para sua compensação não deve ser meramente econômico, pois se deve pensar também o aspecto cultural e o dano cultural.

Por exemplo, temos a questão dos pescadores. Identificamos que, nesse caso, a produção pesqueira cai consideravelmente naquela região e não existe um trabalho de compensação especificamente para aquelas famílias de agricultores que vivem somente da pesca. Além disso, existe um desestímulo para que aquela família de pescador incentive seus filhos a continuarem na atividade pesqueira.

Então, uma família de pescador hoje não tem o estímulo de continuar essa tradição dentro da sua família, o que quebra um ciclo familiar, o que quebra um ciclo produtivo, o que quebra um ciclo econômico; e aquela região que era identificada pela produção pesqueira e de aquicultura familiar vai ser descaracterizada, passando para outras atividades econômicas ou até mesmo para viver na dependência de programas de Governo, como o Bolsa Família, entre outros.

Portanto, a necessidade de identificação desse aprofundamento e desse melhoramento do estudo de impacto ambiental se deu em razão desse forte impacto cultural também.

Tivemos ainda a necessidade de identificar que a obra de transposição, ao mesmo tempo em que leva redenção, como o Prof. Talden falou, a regiões de seca e de semiárido, por onde hoje o leito do rio passa, na região dos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas — e constatamos isso —, embora o projeto de transposição se proponha a solucionar os danos, esses problemas continuam a existir.

Então, na região de Sergipe e Alagoas, onde tive oportunidade de fazer uma pesquisa de campo, identificamos que o leito natural do rio vem sendo assoreado, que a produção pesqueira vem sendo, assim como vêm sendo afetadas as comunidades agrícolas. Além disso, as comunidades tradicionais vêm sofrendo fortes pressões em relação à condição do leito natural do rio. Mas toda energia e todo desforço estão sendo levados e concentrados nos programas previstos, pelo menos teoricamente, no licenciamento ambiental dentro das suas condicionantes.



Portanto, é preciso pensar que o projeto de transposição deva ser analisado também de forma ampla e paralela ao projeto de revitalização do Rio São Francisco. Não adianta levar redenção a uma região, com o combate à seca, mas, ao mesmo tempo, deixar outra região à míngua. É como se fosse um cobertor curto com o qual se cobre a cabeça e se descobre os pés.

A necessidade que nós apontamos, dentro da problemática desses estudos, será disponibilizada para a Comissão através de todas as pesquisas que foram dadas. E dentro das propostas de encaminhamento e de solução apresentadas, Sr. Deputado, sugerimos uma maior discussão com a comunidade acadêmica de um levantamento, de uma frente de trabalho para aproximar a academia e seus pesquisadores multidisciplinares.

Cumprе esclarecer que o meu estudo foi realizado na área jurídica, limitando-se às questões de responsabilidade civil, de compensações ambientais e de um breve levantamento sobre ações judiciais, ainda em curso ou já tramitadas, em que se discute a questão do licenciamento e a não abordagem desses sistemas que nós estamos colocando.

Salvo engano, em Minas Gerais, tramitam também algumas ações civis públicas para discutir a temática — que o Prof. Jarbas provavelmente deve abordar em apresentação —, e o dano causado por um mau estudo de impacto ambiental pode acabar acarretando ao próprio Governo maior prejuízo do que o seu redimensionamento e um melhor estudo desses impactos.

Pelo avançar das obras — já em torno de 78% a 80% de conclusão —, as compensações ambientais estão na faixa de 53% do andamento. Então, não é preciso nem é razoável esperar o dano causado para depois repará-lo. Ora, se a obra da transposição já conta com 80% de sua conclusão, por que os projetos de compensação estão apenas na casa dos 50%? Então, existe um descompasso entre as obras de compensação previstas e o andamento das obras.

Existe também um descompasso entre a obra realizada pelo Governo Federal diretamente e as obras realizadas pelos Estados e Municípios. Vale lembrar e ressaltar que a obra de transposição vai levar água para as grandes bacias — é uma obra de integração de bacias —, mas, nesses locais, é preciso que as comunidades próximas tenham acesso à água.



Então, identificamos que famílias que estão numa margem próxima, de 2 a 3 quilômetros dos canais da transposição, vão continuar sofrendo com as mesmas condições de seca se não houver programas efetivos de distribuição de água. Portanto, para essas famílias que estão nas proximidades, o que pode acontecer é a clandestinidade na captação de água.

Nós não podemos imaginar que essas famílias vão ter condições de implantar projetos de irrigação se essa responsabilidade estiver sendo repassada para os Governos Estaduais e Municipais; ou se esse acompanhamento não tiver uma grande sinergia com o programa de transposição do Governo Federal.

E a sugestão de encaminhamento que nós fazemos é que haja esse maior aprofundamento e essa sinergia entre os programas de saneamento e de irrigação entre os Governos Estaduais e Municipais e o Governo Federal.

Por fim, a última proposta que apresentamos é uma inserção das comunidades tradicionais, através de participações populares, como nós colocamos, das comunidades indígenas, das comunidades pesqueiras, das comunidades agrícolas, assim como esta Comissão vem propondo, Deputado, através de audiências públicas realizadas em vários Estados. Entretanto, o que nós identificamos é que as audiências realizadas pelo Governo Federal e pelo Ministério da Integração são mais de acompanhamento de obra nos Estados do que de proposições da população.

Então, eu acho que a população diretamente atingida é, em parte, a população beneficiada, mas muitas comunidades tradicionais, que também são atingidas, precisam ser ouvidas para saber se os programas de compensação propostos estão sendo cumpridos e se os programas que foram propostos realmente resolvem a situação e o problema daquelas comunidades, se não geram outros problemas que não estão previstos nesses de estudos.

Portanto, colocamo-nos à disposição para colaborar, juntamente com a academia, para que esta Comissão tenha condições de realizar esses acompanhamentos, através de subsídios técnicos, através de subsídios científicos, para um melhor acompanhamento e fiscalização da obra.

Desde já, agradeço.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecendo às considerações do Dr. Welison, é importante reafirmar que esta Comissão vem lutando no sentido de fazer com que possamos ter uma integração maior, uma sinergia maior nas ações, tanto é que identificamos isso quando fomos a Montes Claros. Inclusive, há poucos minutos, estava conosco o Prefeito Ruy. E aqui está o nosso Vereador Dalton Figueiredo, lá de Pirapora, onde testemunhamos toda essa falta de sintonia nas ações de integração, via ações governamentais, não só em nível federal, como também em nível estadual. Portanto, esses estudos são de suma importância porque dão subsídio a esta Comissão para que tenha dados reais e concretos.

Eu mesmo testemunhei que, em Brejo Santo, uma cidade do Ceará, uma comunidade foi remanejada para outra área, houve atraso na construção das novas casas para aquela comunidade, e as pessoas estavam ainda em casa de parentes porque o Ministério não concluiu a obra.

Por último, na semana passada, Deputado Adail Carneiro e Deputado Macedo, eles me telefonaram dizendo o seguinte: *“Concluíram as casas, mas não há água”*. Eles ficaram de fazer um poço profundo, que não foi feito. Então, há essa falta de sinergia. E isso gera, economicamente, um prejuízo para a população em suas atividades.

Também, no mesmo Brejo Santo e em outras comunidades vizinhas, todos nós sabemos que, normalmente, as casas no interior do Estado não têm estrutura muito sólida. Em virtude disso, como foi necessário dinamitar alguns trechos dos canais, caíram alpendres de casas, enfim, casas ficaram rachadas. Quer dizer, não existe nenhuma ação concreta para evitar isso, o que gera nas comunidades toda uma instabilidade social e cultural, tal como verificado em todas essas pesquisas.

Eu vou pedir a permissão dos senhores para fazermos a permuta agora, convidando mais um orador para fazer uso da palavra, desde já agradecendo a participação do último debatedor. Em seguida, nós vamos iniciar os debates.

Convido a usar a palavra o nosso catedrático, o Prof. Apolo, para participar da Mesa, assim como o Dr. Jarbas, para que possamos dar sequência aos trabalhos.
(Pausa.)



O Dr. Apolo é nosso colega, médico, pesquisador e professor, além de coordenar o projeto Manuelzão, que faz parte da Meta 2020, que trata da Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Ao nosso lado direito temos o Procurador de Justiça e Diretor de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público, também, de Minas Gerais.

Vamos iniciar com o nosso catedrático Dr. Apolo.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA - Peço licença a V.Exas. para apresentar algumas imagens.

(Segue-se exibição de imagens.)

A transposição é uma causa emocionante, apaixonante e é também uma questão técnica e científica. Eu aprendi muito com a transposição, pois é uma obra que estimula a inteligência e é cheia de mistérios. Pensa-se que ela é uma coisa, mas é outra. A transposição foi um desafio para muita gente.

Quero registrar que o Supremo Tribunal Federal não discutiu o mérito da obra, apesar de alguns Estados, como Minas Gerais, terem questionado.

O Ministro Sepúlveda Pertence cassou todas as liminares que questionavam a obra e, a partir daí, liberou a obra da transposição, sem que o Supremo Tribunal Federal tenha se manifestado sobre o mérito. Isso foi um golpe muito grande contra o direito dos Estados de questionarem uma obra, porque o Supremo Tribunal Federal se omitiu.

Há uma pessoa do Ceará que sempre defendeu a transposição, um engenheiro, Dr. Cássio Borges. Muitas vezes nós nos enfrentamos, mas eu observei que ele era uma pessoa de espírito independente.

O Dr. Cássio deveria ser convidado a esta Comissão, porque ele critica o superdimensionamento da obra, que vai funcionar apenas 40% do tempo. Ou seja, durante 10 anos, em apenas 4 anos poderá ser necessário haver transposição de água.

O Dr. Cássio Borges é uma autoridade. Ele foi Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, é uma pessoa honesta que defendeu a transposição e fez sérias críticas ao açude Castanhão, que foi superdimensionado e regulariza menos do que o açude de Orós.



Então, independentemente de ser a favor ou contra a transposição do Rio São Francisco, fato é que as obras hídricas estão cheias de erros de avaliação estratégica. Elas foram muito politizadas. E o Dr. Cássio Borges é um nome que eu sugiro a esta Comissão, para que ele faça parte de qualquer debate, porque ele está muito preocupado com a distribuição dessa água no Nordeste setentrional. Ele também é um especialista em semiárido.

Eu vou colocar foco aqui na revitalização do Rio São Francisco, porque essa revitalização é o que nós podemos fazer. Os senhores viram ali que “os rios são informações que fluem. O espelho d’água mostra a nossa cara”.

O estado em que se encontra o Rio São Francisco é um atestado da mentalidade civilizatória de todo mundo que habita a Bacia, em Minas Gerais e no restante do Brasil. Não há saída para isso. Ele mostra a competência dos Secretários de Meio Ambiente, dos Governadores e dos Ministros de Meio Ambiente. A água não nos deixa mentir.

Esse é um mapa da Bacia do Rio São Francisco, com as suas vazões históricas. E eu não vou entrar em detalhe, porque não tenho condição, mas são sete unidades da Federação e 640 mil quilômetros quadrados. O semiárido brasileiro todo tem 1 milhão de quilômetros quadrados. Só na Bacia do Rio São Francisco são 640 mil. Claro que nem tudo é no semiárido. Ele é um rio mineiro. porque atravessa 2.800 quilômetros para ir à praia.

A cor verde naquele *slide* mostra o tamanho da Bacia do Rio São Francisco em Minas Gerais, de onde saem 75% das águas que vão ao oceano ou vão agora ao Nordeste setentrional.

Esse é um quadro de Portinari, que não está configurado, por causa da projeção. Essa cena aí já não existe mais. Hoje a população nordestina está, basicamente, nas cidades pequenas, nas cidades médias e nas cidades grandes.

Não sei se há lugar para 1 minuto de música. Há? (*Pausa.*) Eu acho isso importante. Coloque rapidinho, por favor, porque o tempo é pouco — senão vai me prejudicar aqui.

(*É executada a música Don't Let It Die.*)

Vamos continuar. É um pouco de emoção para mexer com as pessoas, porque só a racionalidade não gera nada. Tem que haver amor ao meio ambiente,



responsabilidade social, porque apenas dinheiro não resolve o problema de nenhum país, de nenhuma pessoa — aliás, traz muitos problemas.

A questão básica — e estou até resumindo aqui para respeitar o tempo — da revitalização do São Francisco não é planejamento, não é dinheiro, não é tratar esgoto; é a concepção sobre o que é a natureza e o que é a Terra.

Então, se não houver a visão ecossistêmica do mundo, não há nada que vá resolver o problema. Não basta ser engenheiro ou técnico; pelo contrário, são os engenheiros que jogam os esgotos no rio, são os engenheiros que têm feito a destruição. Não digo só engenheiro; refiro-me, em geral, aos técnicos, porque os técnicos têm uma perspectiva de resolver um problema sob determinada ótica, com um pensamento disjuntivo, eles não veem o conjunto. Nós estamos precisando de uma visão conjunta da vida na Terra. O Brasil está na Terra e, então, faz parte desse raciocínio.

Então há duas visões dos gestores ambientais, uma delas é a visão ecossistêmica, que é muito rara, que prega sustentabilidade ecológica. Não me refiro à sustentabilidade da propaganda na televisão e na revista. Todas as grandes empresas que destroem o meio ambiente pagam e saem como sustentáveis nas revistas. Não é essa sustentabilidade.

A outra visão de mundo, que é diferente do ecossistema, é a visão de insumo. As pessoas enxergam o meio ambiente, o recurso natural, como insumo de produção apenas. O meio ambiente é um depósito de material — eu pego água, eu pego terra, eu pego pedra, e vou acabando com tudo. É essa a visão que predomina. Se não mudarmos aquele primeiro ponto ali, se não adotarmos a visão ecossistêmica, ecológica, não há nada que vá resolver o problema de revitalização de rio nenhum.

Outra questão importante são as leis brasileiras: a Lei nº 6.938, da Política Nacional do Meio Ambiente, de 1981, foi editada ainda na época da ditadura por causa de uma pressão internacional sobre o Brasil, e a Lei nº 9.433, de 1997, que criou esses comitês de bacia. A impressão que dá é a seguinte: meio ambiente é uma coisa, e a água é outra. É essa visão esquizofrênica que domina o Brasil. Quem mexe com meio ambiente fala: *“Não, água não é comigo”*.



Em Minas Gerais há a Secretaria do Meio Ambiente tem o Instituto Mineiro de Gestão das Águas — IGAM, que mexe com água, vazão de água; a Fundação Estadual do Meio Ambiente — FEAM, mexe com rio, com peixe morto; o Instituto Estadual de Florestas — IEF mexe com o rio, peixe vivo; a Companhia de Saneamento de Minas Gerais — COPASA mexe com água de abastecimento. Então, é uma loucura! Não se vê o rio com todas as suas funções.

Então, um problema fundamental que afeta a universidade, eu sou da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG, é a questão metodológica. A produção de conhecimento está formando pessoas sem capacidade de gestão do mundo como ele é, ou seja, como um ecossistema maravilhoso que gerou a vida. Se não abordarmos essa questão, nós vamos perder tempo.

Agora, em homenagem ao Zé da Silva, que foi Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais — EMATER, Deputado, cito a Lei nº 8.171, de 1991, Lei da Política agrícola. Eu não ouvi essa discussão durante o debate do Código Florestal. Eu até não me interessei muito por aquele debate porque estava muito radicalizado. Quando a coisa fica muito paralisada, não sai nada que preste.

Mas cito o art. 20 da Lei nº 8.171: *“As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais”*. A Kátia Abreu, que é Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem que aplicar isso aí. Nós temos que criar a República Federativa Hidrográfica do Brasil. Em vez de Municípios e Estados, nós temos que organizar o Brasil por bacias hidrográficas. Nós estamos reféns da visão de capitania hereditária até hoje. O Brasil precisa ter uma organização federativa por bacias hidrográficas. Pode-se ter o equivalente a Estados. Por exemplo: o Rio das Velhas abarca 51 Municípios. Não tem condição haver uma comissão de saneamento por Município, se o rio é o mesmo. Havendo uma comissão de saneamento na bacia hidrográfica do Rio das Velhas, que é um dos principais afluentes do Rio São Francisco, haveria uma política de saneamento geral.

Outra coisa, plano diretor municipal tem que ser plano diretor por bacia, como se fosse uma Constituição. E o plano diretor do Município seria dentro daquela lógica. Se nós não fizermos assim, ficaremos como na Torre de Babel, em que cada



um fala uma língua, e ninguém se entende. Aí vem o colapso. O que é o colapso? É o que acontece com uma família, com uma empresa, com uma pessoa no auge; não é quando se está lá embaixo, pobre. No auge é necessária muita energia para fazer a gestão. O Brasil é um exemplo: muito dinheiro, muito sucesso, mas as pessoas não tiveram a capacidade de continuar fazendo a gestão no País. Aí veio o colapso.

Nós não podemos ter o colapso ambiental, porque o Rio São Francisco é mais importante do que a PETROBRAS. A PETROBRAS gera até debate sobre *impeachment*. Eu não ouvi ninguém falar em *impeachment* ambiental da Presidente. Eu não ouvi falar em *impeachment* ambiental do Governador de Minas Gerais, ou do Ceará, ou de onde for. Tem que haver *impeachment* ambiental por crime de responsabilidade. A defesa da Bacia do Rio São Francisco é muito mais importante do que a defesa da PETROBRAS. Nós temos que olhar para frente, porque, se olharmos para trás, viramos uma estátua de sal amarga.

A Carta de Morrinhos. Nós realizamos uma reunião em Matias Cardoso, que é uma cidade bem próxima da fronteira com a Bahia. Lá fizemos uma carta. Morrinhos era o nome antigo de Matias Cardoso. Como Matias Cardoso foi um bandeirante, militar e português que dizimou inúmeras famílias de índios e negros, nós não quisemos homenageá-lo. Somos até a favor de mudar o nome da cidade para Morrinhos de novo, para rejeitar o colonialismo, para fazer o povo pensar a sua história — é um povo oprimido até hoje. E a Carta de Morrinhos fez uma avaliação de quais são as tarefas imediatas para revitalizarmos o São Francisco, na visão ecossistêmica, na biodiversidade.

Nós estamos vivendo um problema sério, porque os ambientalistas foram enganados por um projeto que nasceu com Al Gore, nos Estados Unidos, que considera o carbono o eixo da questão ambiental. A emissão, o aquecimento global, então, é um balanço de carbono — “*Vamos parar de consumir o combustível fóssil*”. Tudo bem, isso faz parte da agenda, mas nós não podemos cair nessa esparrela de considerar tudo em torno do balanço de carbono.

A água é fundamental, é o eixo estratégico da gestão ambiental no mundo. É em torno da água que as pessoas estão, que as pessoas compreendem o seu papel. Nós não podemos aceitar um sistema que, em nome de sequestrar o carbono do ar, de diminuir o aquecimento global, não respeita a biodiversidade. Estão desmatando



os sistemas naturais, ecológicos, para plantar eucalipto e soja, em nome do meio ambiente. Estão plantando cana e desmatando regiões nativas para fazer o álcool, porque o álcool é ecológico, mas não se muda o modelo de transporte individual. Isso é uma enganação! Não se muda a questão ambiental no mundo, se não houver uma visão de ecologizar a economia.

Pensem bem: antes de o ser humano estar na terra — isso tem muito pouco tempo, está na Bíblia e está na ciência —, todos os grandes animais, baleia, tubarão, dinossauros, e também os pequenos animais, como os passarinhos, tinham comida. Não são os economistas, a economia, a indústria nem a agricultura que criaram comida para nós, não. Já havia mel, leite e água. A economia humana tem que aprender com a natureza. O Livro de Deus é a natureza. A Bíblia é um livro sagrado, de sabedoria — já li a Bíblia seis vezes —, mas ela é o livro dos judeus. O Livro de Deus é a natureza. Toda a ciência aprende estudando a natureza, o universo. É essa visão que nós temos que ter. Nós temos que zelar pela biodiversidade.

O sistema de monocultura extensiva, Deputado Zé Silva, V.Exa. que é da agricultura, é condenável. Eu nunca estudei que alguém defende a monocultura extensiva. Eu sou do norte de Minas e, desde menino — meu pai era agrônomo, criou a Escola Agrotécnica Federal de Salinas —, vi desmatarem toda a região para plantar eucalipto com o dinheiro do Banco do Brasil, expulsando a população para a periferia da cidade e gerando prostituição e tráfico de drogas. Eu vi isso! Depois que ganharam dinheiro, abandonaram a região. E eles nem são de lá, é terra do Estado.

Essa destruição tem que parar! E nós ambientalistas e os Deputados, que defendem o meio ambiente, porque defendem os seus filhos — eu não conheço um Deputado que seja contra seus filhos, contra seus netos —, temos que defender o meio ambiente. Nesse sentido, nós temos que ser mais efetivos, porque estamos muito lenientes. Nós somos quase cúmplices da destruição do meio ambiente no Brasil.

A Carta de Morrinhos propôs a Meta 2020. O que é essa meta? Lá, define-se objetivo e prazo. Caso se defina objetivo, falsamente todos são de acordo; mas, quando se coloca prazo, começa-se a incomodar. Então, tem que se trabalhar por meta. Foi assim que Juscelino Kubitschek fez Brasília.



A Meta 2020 diz o seguinte: em primeiro lugar, nós temos que duplicar o volume de água na Bacia do São Francisco em 5 anos — 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. Este ano nós estamos organizando e divulgando a Carta de Morrinhos. Como nós podemos duplicar? Não podemos depender de nenhuma instituição governamental, de nenhuma Prefeitura, porque está tudo em colapso. Nós temos que apelar à cidadania — são 18 milhões de habitantes no São Francisco. Vamos pedir a cada agricultor, pela mídia, pelas instituições, porque nelas há gente boa também, sem lhe prometer dinheiro, sem querer comprá-lo. A lógica do dinheiro não pode ser universal. Vamos falar com ele: *“Não deixe haver enxurrada na sua fazenda, na sua roça, na sua cidade — ele também é urbano —; coloque pau e pedra para impedir a correnteza de descer o morro”*. Se ele fizer isso de braço aberto, como o Cristo Redentor, do alto para baixo, freando a enxurrada, a água se depositará ali, vai-se diminuir a erosão, vai-se fazer um pequeno ecossistema, e não se deixará a água escoar forte. De 30 em 30 metros, de 20 em 20 metros, vai-se segurar a água nas estradas rurais.

A água tem de ficar onde a chuva cai. Esse é um princípio básico que eu descobri lendo um caderno do meu pai, de 1936, da Escola Agrícola de Lavras. A chuva tem que penetrar o solo onde ela cai, é o ciclo hidrológico. Se a chuva entrar no chão, nós vamos ter duas ou três vezes mais água do que se tem hoje. O maior problema do São Francisco é a desidratação. Eu fui da nascente à foz no ano retrasado, foram vinte e tantos dias de viagem até o oceano. Todo o problema do São Francisco está ligado, em primeiro lugar, à falta de água. A água vem abundante pela chuva, mas ela não entra no chão. E aí nós temos que apelar para os produtores para segurar a enxurrada. Com isso, diminui a erosão, o assoreamento, e a água vai até à lagoa da casa dele, às nascentes, todas vão ter água.

O segundo ponto é a defesa da biodiversidade. Aí eu cito as lagoas marginais, que são as que produzem a fartura de peixe no rio. As lagoas marginais estão sendo destruídas. Se o fazendeiro é rico, Deputado Zé Silva, o que ele vai fazer com mais dinheiro? Ele tem uma cama para dormir, tem comida, já tem até uma amante, tem carro, tem tudo, e o cara coloca uma bomba numa lagoa marginal, nessa seca, com o peixe quase morrendo, para irrigar melancia? É um filho da mãe!



Não há condição! Tem que se tentar argumentar com o cara na presença da mulher e dos filhos dele. O que leva um indivíduo a ter esse comportamento “ecodelinquente” tão forte e a ameaçar as pessoas?

As lagoas marginais são por onde se espera uma cheia, para a água voltar para o rio. A cheia ficou mais difícil, com as represas de Três Marias e de Sobradinho. Mas ainda há cheias. Nós estamos articulando com a Companhia Energética de Minas Gerais — CEMIG para, quando a represa alcançar um determinado nível, soltar um pouquinho mais a água, a fim de inundar as lagoas, e os peixes grandes voltarem para o rio, assim como os alevinos e os ovos. Então, lagoa marginal tem que ser preservada.

Houve um projeto chamado Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea — PROVARZEA, trazido por um alemão nos anos 70, que acabou com as lagoas marginais e com os brejos. Ele achou que aquilo ali atrapalhava a natureza. Alemão não é lá essas coisas, não. Minha vó era alemã, e eu posso dizer isso.

As áreas úmidas, as veredas. As veredas de Minas Gerais estão sendo destruídas. Os caras estão cercando essas áreas para fazer lagoa. Depois, fica tudo apodrecendo, e ninguém faz nada. Também há a questão dos brejos e dos pântanos, que são áreas úmidas.

O terceiro ponto é a qualidade da água, para salvarmos o Rio São Francisco e nos salvar também. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF tinha que emitir um relatório. Alguém tem que pedir à CODEVASF um relatório sobre o dinheiro que ela gastou da revitalização para a estação de tratamento de esgoto.

Eu viajei pela bacia. O único local em que vi uma boa estação feita pela CODEVASF foi em Lagoa da Prata, um lugar que sofreu massacre ambiental. Eles desmataram e acabaram com o pantanal que havia lá, diminuíram o tamanho do Rio São Francisco, ligando um braço ao outro, para plantar cana. Ninguém fez nada!

Em relação à qualidade da água, nós não podemos imaginar um rio em que não se possa nadar. Esse é um princípio, não é preciso estudar, não. A classe 2, na região metropolitana, é o máximo suportável. A água tem de ser de classe especial, pode-se até beber, ou classe 1, no máximo classe 2, em que se pode andar de barco e nadar.



Nós não podemos aceitar a esculhambação — não há outro nome — de transformar rio em esgoto. Empresas públicas de saneamento jogam esgoto nos rios. Elas não são de saneamento, nem são de saúde, porque, se fossem, não jogariam esgoto no rio.

O quarto ponto é que nós temos de fazer mobilização, comunicação e organização. É isso que estou fazendo aqui hoje a convite da Câmara dos Deputados. Agradeço ao Deputado Raimundo Gomes de Matos e à Deputada Raquel Muniz pelo convite.

O quinto ponto são as ações operacionais técnicas e científicas compatíveis com a Carta de Morrinhos. Normalmente, o Governo começa pelo fim, por ações operacionais técnicas e científicas, porque há pressão de empreiteiras. Então, tem que se fazer obra. A maior obra do São Francisco não é a de empreiteira, mas a de “dentro da cabeça”, porque, do contrário, não adianta.

Eu tenho aqui uma carta, que poderia até deixar com o Presidente da Mesa. Nós mandamos essa carta ao então Presidente Lula, em 2007, por meio de Jaques Wagner, que era Governador da Bahia. Fizemos uma caravana contra a transposição e propusemos, ao final, uma conciliação. O comitê e todo o movimento da caravana autorizava o Governo a pegar água do São Francisco através de tubo fechado, que seria muito mais barato, sem evaporação, para abastecimento humano e dessedentação animal, e não por canal aberto, porque a evaporação é muito grande, é muito caro, seria uma obra difícil. Então, propusemos um documento histórico. Lula não nos recebeu.

Tive até inveja; quis ser Deputado para ver se Lula me recebia. Na hora de fundar o PT, nós andávamos juntos, viajávamos, ele dormia lá em casa. Depois, eu não consigo mais falar nem com ele nem com a minha ex-aluna de política, Dilma Rousseff. O mundo muda muito.

(Não identificado) - O senhor estava querendo, e agora não quer mais?

O SR. APOLO HERINGER LISBOA - Agora eu já não quero mais.

Aliás, hoje são 22 de outubro. No dia 22 de outubro do ano passado, fui a Uberaba, a convite da chefia da campanha de Dilma, em Minas Gerais, juntamente com Walfrido Mares Guia e Fernando Pimentel. Conversei, olho no olho, com Dilma. Ela prometeu assumir uma proposta para revitalizar todos os rios do Brasil. Eu tenho



esse documento oficial, foi publicado no *site* da campanha. Hoje, faz 1 ano, ainda não tive nenhuma resposta, o que mostra que mentiram a um antigo amigo de militância política.

Eu não tenho militância em partido, desde 1988, quando me dediquei a essa causa ambiental, mas fico profundamente triste de ver o Brasil abandonado na sua questão ambiental.

Podemos continuar rapidamente, porque, agora, temos de encerrar. Eu não vou entrar em detalhes, mas há um projeto doador para salvar o São Francisco, que propõe trazer água do Tocantins. Na verdade, projeto doador é um nome traiçoeiro. Eu não vejo ninguém doar nada a ninguém. O projeto doador retira água do Rio Preto, que é um pequeno afluente do Tocantins, antes de chegar ao Araguaia. É um rio pequeno. São 130 quilômetros até desembocar no São Francisco, subindo a serra. Nesses 130 quilômetros, haverá um projeto de irrigação dos dois lados. Que água chegará ao São Francisco, depois de 130 quilômetros de área de irrigação? E outra coisa: está prevista uma vazão de 100 a 500 metros cúbicos. Só em Sobradinho, a evaporação é de 300 metros cúbicos por segundo. Então, eles vão levar para o São Francisco menos do que o que evapora, por segundo, no Lago de Sobradinho.

Gente, não existe milagre! A fonte de água para o São Francisco dobrar ou triplicar seu volume são as chuvas abundantes que caem na bacia, mas que não estão entrando no chão. Nós temos de ajudar a natureza, compensando o desmatamento, diminuindo a impermeabilização urbana, tirando cimento do quintal, segurando com pau e pedra as correntezas na roça. Todo o mundo teria de fazer isso. É um projeto de mutirão urgente que deve começar este ano ainda.

Então, esse Projeto Doador do Tocantins é mais uma ação de empreiteira para ganhar dinheiro. Não há nenhuma lógica técnica.

Manifesto de Indignação. Eu não vou ler, porque não precisa. A indignação já está clara nas minhas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradecemos ao Prof. Apolo.

Excepcionalmente, concedo a palavra ao Deputado Zé Silva e, depois, ao Deputado Gonzaga Patriota.



O SR. DEPUTADO ZÉ SILVA - Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, peço desculpas por não poder ficar mais tempo. Estou numa batalha na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

Como mineiro, como extensionista da EMATER de Minas Gerais há 25 anos, posso assegurar que fico triste por não termos o auditório Nereu Ramos lotado para ouvir por muito mais tempo tanto o Prof. Apolo quanto o Dr. Jarbas. Os dois têm a legitimidade de suas histórias de vida e de suas origens.

O Prof. Apolo e eu, possivelmente, nunca conversamos em uma reunião sobre o trabalho que ele realiza, mas a sua história é o que o credencia. Ele também não precisa que eu esteja dizendo isso aqui. Nós sabemos disso.

O Dr. Jarbas, assim como o Prof. Apolo, é barranqueiro do lado do São Francisco. Toda a sua história de vida no Ministério Público foi pautada pelo trabalho de revitalização do Rio São Francisco. Coordenou o Projeto das bacias, foi Procurador-Geral do Ministério Público. Tem toda a legitimidade e o conteúdo para nos ajudar aqui no Congresso Nacional.

Eu tive oportunidade de, mais próximo ao Dr. Jarbas, como Presidente da EMATER, contribuir com um grão de areia para, como disse o Prof. Apolo, ter as bacias hidrográficas como unidades de planejamento, de ação e de trabalho nos 202 Municípios da Bacia mineira do São Francisco. Com pouco recurso, nós fizemos um projeto prevendo uma bacia em cada um dos Municípios. Isso é utilizado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF. É um trabalho científico, e grandes técnicos do Estado ajudaram a construir.

O primeiro, Prof. Apolo, foi no São Francisco, num córrego bem pequeno que se chama Pajeú, onde nós estivemos, juntamente com o Dr. Jarbas. Em pouco tempo, menos de 5 anos, a vazão do córrego realmente triplicou. Isso se deu com educação ambiental. Não houve grandes obras, a não ser a conscientização.

Dito isso, acompanho o professor num grupo de discussão nas redes sociais. Faço questão de acompanhar todo o debate que acontece lá.

Acabou agora, na terça-feira, no dia 20, professor, o período de apresentar emendas parlamentares. Eu sou contra, inclusive, as emendas parlamentares. Pela consciência que tem o professor e o Dr. Jarbas, eu sou contra as emendas



parlamentares. O papel do Parlamentar seria muito mais nobre se não houvesse essa barganha de emendas parlamentares. Não é a barganha que nos envergonha e que está nas mídias, mas a barganha de fazer um compromisso e, depois, demorar 1 ano ou 2 anos na dependência do Executivo — não me refiro a este que está aí, mas a todos — para liberar os recursos para essas emendas.

Professor, fiz questão de colocar um recurso para a EMATER. Em 1 mês, não sei exatamente o período, gostaria de me reunir com o Presidente da EMATER e com o senhor para fazer um estudo da Meta 2020 da Carta de Morrinhos.

Eu me coloco à disposição, junto com o Presidente Raimundo — ele é um militante da causa, até porque o seu Estado depende muito das nossas ações em Minas —, para tratar das proposições que forem necessárias a esta Casa para a revitalização do Rio São Francisco. Eu não gosto nem de falar em transposição.

E o último ponto de vista, professor, eu acho que é fundamental. Eu não o quis colocar na discussão, talvez por não estar tão preparado para escrever como o senhor. A Presidenta Dilma, infelizmente, cometeu mais um ato muito triste. Eu sou muito respeitoso com as autoridades. Ela foi ao exterior, “nos estrangeiro”, como diz o nosso povo da roça — eu vim da roça —, anunciar a meta de redução de emissões de gases de efeito estufa na Conferência do Clima, chique, realizada em Paris em dezembro. Ela anunciou metas em relação à agricultura. Inclusive, nós temos aqui um grupo, liderado pelos Deputados Átila Lira e Sarney Filho, lá da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Eu vou citar três metas. Uma delas é recuperar 15 milhões de hectares de pastagem degradada, reflorestar 12 milhões de hectares e fazer 5 milhões de hectares de integração lavoura, pecuária e floresta — são muito grandes os números. Mas não há nenhuma condicionante de cumprimento dessas metas, de se ter a universidade, de se ter a extensão rural. Eu sei que a situação da extensão é caótica, mas melhorou muito nos últimos tempos. Ela não colocou nenhuma dessas condicionantes. Eu tenho certeza de que não se cumpre meta ambiental e meta de educação só anunciando números e prazos. Como o senhor disse, todo o mundo concorda, mas e aí, como é que se vai cumprir isso?

Então, eu tenho me posicionado, com muito respeito, contrariamente ao anúncio dessa meta, por esses dois motivos. A fábrica de poluição são as cidades.



As metas para a agricultura foram até empreendedoras, mas não se colocou ali como é que nós vamos cumprir essas metas. E, nas cidades, eu acho que não preservamos o meio ambiente fazendo jardim e cuidando das nossas praças. Isso é fundamental, é obrigatório, mas se vai preservar o meio ambiente é promovendo a educação da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço pela participação ao Deputado Zé Silva, um grande lutador não somente pelas causas agrícolas, mas também pelas causas ambientais.

É como o professor disse, nós temos que ecologizar a economia. É importante termos essa visão.

Passo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota.

O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - Sr. Presidente, eminente Dr. Jarbas e Prof. Apolo, colegas Deputados, nasci à margem do São Francisco e procurei estudar o Rio São Francisco e o Nordeste. Fui crescendo, e o povo lá da minha região, que parece que não tem juízo, me elegeu. E eu me reelei outras vezes, já estou com mais de 30 anos como Parlamentar.

Eu faço tudo aqui olhando para o Brasil, para as instituições do nosso País, para a sociedade, para as nossas crianças não serem abandonadas, como eu fui, dentro das Caatingas — eu tinha 20 irmãos.

O Rio São Francisco foi construído por Deus. É o único rio no mundo que desce subindo: sai daqui de baixo, das terras do senhor, e vai lá para o alto Nordeste, para Alagoas, passando por Pernambuco.

Eu queria que o senhor me desculpasse pelo que vou lhe dizer aqui. Se tiver que esperar por chuvas para que o São Francisco volte a ser aquele rio de 1.500 ou 1.800 metros cúbicos de água por segundo, como quando eu era menino, o pessoal do Nordeste tem duas saídas: vai embora para outra região ou se suicida.

São 515 anos de desgoverno para o Rio São Francisco, de deixar os seus afluentes fecharem, se acabarem, de não educar os ribeirinhos. Não vai ser agora que se vai fazer isso.

Só na minha cidade, Petrolina, nós temos hoje 120 mil pessoas trabalhando na fruticultura. Aquela região vive de exportar uvas e mangas. Dizem até que o melhor vinho do Brasil está lá, em Lagoa Grande, o Rio Sol. Quando veio ao Brasil,



o Papa não quis o vinho do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul, tomou o vinho do Nordeste.

Então, com todo o respeito, eu ouvi o senhor falar aqui, professor, e nós não podemos mais esperar o Governo. Estão sendo feitos dois canais para tirar água lá de Cabrobó e levar para o Jaguaribe, para o Ceará; e para tirar água lá de Floresta e levar para a Paraíba. Sessenta e nove Municípios pernambucanos estão sem água, inclusive Santa Cruz do Capibaribe, que é a capital da Sulanca, da *Lycra* do sul. Nosso sertão pernambucano está completamente sem água. Não há chuva nem para encher aqueles açudes; estão usando carros-pipas. E esses dois canaizinhos vão comer 12 bilhões de reais.

Eu tenho um projeto tramitando aqui há 20 anos. Eu escrevi um livro, entre 1889 e 1990, intitulado *O Rio São Francisco está Morrendo*. Quando Fernando Henrique assumiu, eu consegui levar o Ministro do Interior, Gustavo Krause, que hoje é da Integração, ao Estado de Minas Gerais, na nascente do São Francisco. Ele olhou, Fernando Henrique na época deu um dinheirinho, e começou-se a pensar em desassorear, em fazer aquilo que o professor recomenda, mas não foi feito. Não foi feito porque não aparece. Aparece talvez um Bolsa Família e outras coisas por aí, mas desassorear, salvar o Rio São Francisco, não foi feito.

Eu escrevi esse livro e, logo em 1995, apresentei um projeto de lei para fazer uma hidrovia. Eu pensava em trazer os barcos, os navios pequenos lá do São Francisco para o Rio Tocantins, para a Amazônia, e em trazer o gesso do Araripe. Eu não estava pensando em botar navio de uma bacia em outra bacia. Estava pensando em pelo menos começar esse canal e trazer água para o Rio São Francisco, porque já sabia que a Bacia de Sobradinho, que é o maior lago artificial do mundo, ia secar. Ele está com 5%. Passei lá esta semana. Ele só tem o volume morto. Se o Governo não gastar agora 30 milhões para tirar as adutoras e botar no volume morto, desempregaremos, Deputado Raimundo, 120 mil trabalhadores e trabalhadoras, e os donos daquelas terras perderão tudo.

Com todo o respeito, professor, vamos continuar falando aquilo que o senhor disse, continuar lutando pela revitalização do rio, dos seus afluentes, mas me deixe fazer o canalzinho. Vai ser um canal do Tocantins ao São Francisco. Estou com tudo



pronto. Tivemos audiência aqui esta semana, professor, já fomos a Berzoini e estamos levando essa mensagem ao Governo da Presidente Dilma.

Por quê? Não vai ser um canal pequeno, vai ser de 200 quilômetros, mas não serão 800 quilômetros de canais lá do Ceará e do Rio Grande do Norte. É um canal de 200 quilômetros, são elevatórias, e, se quiser, pode ser menor, de 800 metros ou de quatrocentos e poucos metros. José Alencar, seu conterrâneo, foi quem fez todo esse estudo, no tempo do Governo do Presidente Lula. Tudo isso está pronto. E o meu projeto de interligação das bacias já foi aprovado.

Eu já ia sair, mas, quando ouvi o senhor falar, eu voltei. Estou indo ao Deputado Ricardo Teobaldo ver se abrimos uma janela no Orçamento. Agora, pelo amor de Deus, se for esperar por chuva... Eu pelo menos já saí do Nordeste e vou mandar minha família sair de lá para outro canto, porque chuva não resolve mais, tem que ser a interligação dessas bacias, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Concedo a palavra ao Deputado Macedo.

O SR. DEPUTADO MACEDO - Sr. Presidente Deputado Raimundo Gomes de Matos, Prof. Apolo, Procurador Jarbas, esse assunto do São Francisco é de extrema importância e vitalidade para o nosso Nordeste.

Em primeiro lugar, quero requisitar esse documento que o senhor disse que, em campanha, assinou com a Presidente, a fim de que seja um primeiro passo para correremos atrás disso aí.

Acredito que manter a chuva, segurar a água na terra, tudo tem que ser feito concomitantemente com o tratamento do afluente das cidades ribeirinhas, que não são pequenas. Sabemos que há cidades grandes, principalmente em Minas Gerais. Temos que cuidar desse afluente, que deve ser tratado com engenharia. Nós temos que valorizar também a área de engenharia, porque é através dela que vamos ver se conseguimos resgatar o que já foi destruído do rio até hoje — pelo menos vamos tentar. Acredito que seja assim.

Então, estamos nesta Comissão, e quero pedir ao Presidente que análise isso, no próximo ano, e que tentemos criar, com o Presidente da Casa, seja ele quem for, uma Comissão Permanente de revitalização do Rio São Francisco. Vamos



trazer todas as autoridades e partícipes desse objetivo nosso, porque não podemos deixar o São Francisco morrer.

Esse é o apelo que eu faço a V.Exas. Acredito que vamos colher muitas assinaturas aqui, para que consigamos voltar a ter o rio que tínhamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Vamos dar sequência à exposição; depois, os demais palestrantes poderão fazer suas considerações.

Com a palavra o Dr. Jarbas Soares Júnior.

O SR. JARBAS SOARES JÚNIOR - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Quero aqui cumprimentar o eminente Prof. Apolo Heringer Lisboa; os meus colegas de debate, o Prof. Talden e o Prof. Welison; o eminente Deputado Macedo, do Estado do Ceará; e todos os presentes que nos acompanham.

Sr. Presidente, eu vou tentar expressar aqui a visão de uma pessoa que nasceu e foi criada nas barrancas do Rio São Francisco, em Minas Gerais, na cidade de São Francisco. Nasci em Montes Claros, cidade da Deputada Raquel Muniz, que faz parte desta Comissão, e fiz toda minha carreira no Ministério Público, em primeiro lugar no Federal, como servidor e Chefe de Gabinete, e, depois, como membro do Ministério Público de Minas Gerais, desde 1990. Fui Promotor de Justiça na minha região e, depois, em Ouro Preto, que também pertence à Bacia do São Francisco. Fui o primeiro a coordenar a área ambiental do Ministério Público de Minas Gerais. Fui responsável pelas primeiras promotorias de bacias hidrográficas do mundo e Presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente — ABRAMPA, entidade que inclui os membros do Ministério Público dos Estados, o Federal e o do Trabalho e também Procurador-Geral de Justiça do meu Estado, de 2004 a 2008. Atuo, recentemente, como Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, responsável pela Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, com o Projeto Biomas, que rodou o Brasil inteiro e está sendo executado.

Então, a minha visão vem da experiência de cidadão das barrancas do São Francisco e como membro do Ministério Público, ao qual me dediquei a vida inteira.



Posso não ter aqui os dados técnicos, o conhecimento de maiores informações, portanto vou me ater à visão de membro do Ministério Público que acompanha esta matéria há muitos anos.

De um lado, é um prazer estar aqui, porque vejo o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, por meio de seus representantes, se dedicando a essa discussão, mas é um desprazer muito grande estarmos falando de um rio que, por falha humana e de Governos, se encontra hoje na sua parte final, vamos assim dizer, se nada for realizado.

Acho que a discussão passa por este debate que está sendo colocado aqui, agora lembrado pelo Deputado Macedo, da revitalização. A transposição, feliz ou lamentavelmente, já é um fato consumado, e não foi por ausência do Ministério Público, não. O Ministério Público de todos estes Estados — Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais — uniu-se com o Ministério Público Federal e propôs ações, buscou discussões, inclusive junto ao saudoso Vice-Presidente José Alencar, que, à época, foi designado pelo Presidente Lula para conduzir o processo com as Forças Armadas. E o processo, infelizmente, foi, de certa forma, ceifado pela decisão do Ministro Sepúlveda Pertence. Isso não diminuiu, em hipótese alguma, minha admiração por S. Exa., mas foi uma decisão que suspendeu todo o debate judicial que foi necessário ser travado, em que o Ministério Público, sendo a voz do cidadão brasileiro e de todas essas entidades em juízo, buscou mostrar e alertar para discussão que não foi feita. O resultado está aí. Nós sabemos bem o que vai acontecer para o futuro, a conta que ficou. E o Ministério Público buscou, sendo a voz da sociedade, trazer um debate jurídico, técnico e social sobre a matéria, o que infelizmente não aconteceu.

Então, hoje, o grande problema é partimos desse fato consumado. Obviamente, todo o licenciamento ambiental, como foi dito aqui pelo Prof. Talden, pode ser discutido, tendo em vista os compromissos feitos pelo empreendedor, no caso o poder público, mas temos que tratar isso como um fato real.

Outro ponto, Presidente, e era um debate antigo que ainda permanece — o Prof. Apolo foi muito incisivo sobre ele —, é revitalização, que, infelizmente, tornou-se um processo abandonado. Iniciou tímido, cresceu e foi abandonado. Hoje,



estamos colhendo os resultados dessa omissão, que, no caso específico, direciono para o poder público.

Obviamente, a sociedade precisa envolver-se mais nisso. Porém, lamentavelmente, da forma como foi concebido o Estado brasileiro, dependemos de iniciativas do poder público. A sociedade pode e deve agir, mas necessariamente vai haver a intervenção do poder público, que, no caso, é absolutamente fundamental para que iniciativas como as mencionadas pelo Prof. Apolo possam convergir.

No seu processo inicial, na década de 90, citado aqui pelo próprio Deputado Gonzaga Patriota, o Ministério Público foi inserido nesse contexto com recursos do Ministério do Meio Ambiente, à época do Ministro, hoje Deputado, Sarney Filho, para organizar também a sua tarefa, que é importante.

O Ministério Público hoje é uma instituição fundamental na República. Vejam aí o que está acontecendo no País. Não falo apenas como integrante, mas até com uma visão de fora, de quem ocupou todos os cargos no Ministério Público brasileiro. É uma instituição importante, daí por que, lá atrás, foi vislumbrada a necessidade de o Ministério Público se organizar. E a ideia original veio lá do seu Ceará, Deputado, lançada lá mesmo pelo atual Ministro do STJ, Herman Benjamin, quem criou promotorias dentro dessa unidade de planejamento.

Em 2001, em Minas Gerais, foi criada a primeira promotoria de bacia hidrográfica, num convênio com o Ministério do Meio Ambiente. Foi uma atitude ousada de criar algo que era inimaginável no Ministério Público, ou seja, destinar cinco promotores e estruturas dentro da Bacia do São Francisco para atuar junto com a sociedade e com o poder público. Foi iniciado esse trabalho e hoje ele é realidade: não são cinco, mas 11 promotorias de bacia hidrográfica. A Bahia se organizou depois, outros Estados também se organizaram, o País se organizou. Hoje, essas promotorias são uma realidade no mundo inteiro. E fomos nós, com a visão da necessidade da intervenção do Ministério Público, que criamos essa estrutura.

Vou citar aqui, nas minhas conclusões, alguns projetos desenvolvidos pelo Ministério Público nesses 14, 15 anos, com resultados ainda muito pequenos, muito pequenos, apesar do volume dos projetos e das ações do Ministério Público, diante, com todo o respeito, da ausência do poder público. Não quero apenas imputar as



falhas ao poder público federal, mas, de forma geral, apesar de iniciativas isoladas. Por quê? Porque não há condição de esses projetos avançarem se não houver a participação do poder público. Cabe a sociedade também? Cabe. E a Câmara dos Deputados vai fazer um bem enorme ao País, até para a humanidade, se criar uma comissão permanente para acompanhar a revitalização do São Francisco, porque isso simplesmente não existe mais.

Eu vou direcionar minha fala para a conclusão, voltando a dizer que a grande questão do Rio São Francisco hoje, fato consumado à transposição, é a revitalização. Não sei se a iniciativa, bem ressaltada aqui pelo Deputado Gonzaga Patriota, de fazer a transposição das águas seja boa ou não. Hoje, a realidade é a seguinte: na minha cidade de São Francisco, discute-se a construção de uma ponte, que vai ser construída. Por quê? Porque, em determinado período do ano, o rio não é mais navegável sequer para balsas, para levar a população de um lado para o outro, e muitas cidades menores dependem de outras cidades maiores que estão do outro lado do rio.

Há milhares de diagnósticos sobre os problemas do São Francisco — todo mundo sabe disso —, como ocupação desordenada, urbana e rural; falta de planejamento, porque dependem de ações do poder público, embora não seja apenas isso; ausência de projetos que revitalizem o rio; desmatamento; poluição Industrial; falta de tratamento de esgoto; concessões indiscriminadas de outorgas, sem sequer haver planejamento; ausência de políticas públicas para áreas protegidas e corredores ecológicos. O Ministério Público trabalhou em corredores ecológicos para impedir também o avanço da agricultura sobre o restante das matas de preservação existentes em toda a bacia.

Os resultados estão aí: rios da bacia secos, falta água no canal, e o São Francisco é apenas um canal. Apesar da poluição da água que não chega, peixes não faltam. Na minha cidade, São Francisco, que fica a 580 quilômetros de Belo Horizonte — pelo rio fica muito mais distante — a água para consumo já está poluída e o transporte fluvial não existe mais. São características de algo que faliu.

Eu não sou técnico, mas todo mundo sabe das ações educativas, e efetivas, junto ao ribeirão, nas sub-bacias, ações citadas pelo Prof. Apolo. O Deputado Zé Silva referiu-se a um trabalho que eu vou citar no final sobre as barragens da água



do São Francisco e cercamento de nascentes. É um fato concreto, é uma experiência concreta. Basta chegar lá e verificar que, onde foi cercado, foi recuperado, e a água está lá. Tem que haver, portanto, uma ação do homem, mas o poder público tem que participar.

Nesse contexto, temos que tratar dos efluentes, recuperar áreas, as matas ciliares, as APPs, as áreas de recarga, as lagoas marginais. O maior berçário do São Francisco está em Januária, em Minas Gerais, no Rio Pandeiros, onde a água não sobe mais para buscar os peixes, mas os peixes estão lá. O pescador, até por uma questão de sobrevivência, está pegando o que tem lá, e mesmo assim é uma raridade conseguir um peixe, é quase um herói quem consegue fisgar um peixe hoje no Rio São Francisco.

Temos, então, que trabalhar essas questões. O Ministério Público tem feito a sua parte sim, embora acabe sendo um tapa-buracos. O nosso trabalho, por mais envolva pessoas e técnicos... São mais de 100 técnicos dando suporte aos promotores. Como dissemos, 11 promotores cuidam disso, em uma coordenação estadual em Belo Horizonte. Muita gente não sabe, mas Belo Horizonte está dentro da Bacia do São Francisco.

Então, todo esse trabalho que vou citar aqui agora — alguns são projetos do Ministério Público — é um tapa-buracos, e não são nada dentro desse contexto. A nossa conclusão é de que o nosso trabalho é importante, mas, ao final, não representa nada, porque não há uma ação do Estado brasileiro para recuperar o Rio São Francisco e revitalizá-lo.

Eu vou falar finalmente aqui de alguns projetos, Presidente, só para deixar registrado, até em homenagem aos meus colegas que trabalham lá.

O Projeto Nova Margem objetiva recuperar as matas ciliares da calha do Rio Itapeçerica, no perímetro urbano de Divinópolis. Já fizemos esse trabalho de recuperação, envolvendo escolas, e os resultados já estão lá.

O Projeto SOS São Francisco, no Alto São Francisco, objetiva a recuperação das áreas de preservação permanente dos corredores ecológicos da área do Rio São Francisco, situada desde a nascente, em São Roque de Minas até Três Marias.

O Projeto Córrego Perobas, na Comarca de Piumhi, próximo ao Estado de São Paulo, realizou ações conjuntas destinadas à promoção e regularização



ambiental de 20 imóveis rurais inseridos nas costas superiores da sub-bacia do Rio Perobas, aproximando-se de 80 hectares. Foram construídas 87 barragemzinhas e a melhoria de 12 quilômetros de estradas vicinais naquela bacia.

O Projeto Quilombo, na Comarca de Formiga, recuperou 20 nascentes.

O Projeto Água Legal visa resgatar e propor um programa de gestão de recursos hídricos em três rios pertencentes à Bacia do São Francisco: o Itacarambi, ao norte, em São João das Missões e Manga; o Japoré, também ao norte, e o Almécegas, situado em Salinas, onde morou o Apolo. Esse trabalho todo visa a fiscalização de outorgas.

O Projeto Tatu objetiva resgatar e recuperar o passivo ambiental resultante das atividades de pequena mineração praticadas na Bacia do Rio São Francisco, nas sub-bacias dos rios Grande e Pardo, com inúmeras ações propostas, inúmeros termos de ajustamentos assinados visando a recuperação do passivo ambiental.

O Projeto Novas Fronteiras, desenvolvido em parcerias, busca fiscalizar e monitorar o desmatamento do norte de Minas, identificando as áreas desmatadas. Isso tudo com resultado efetivo, conforme as nossas propostas.

O Projeto Vereda Viva visa também a recuperação de nascentes e veredas nas regiões norte e central do Estado.

O Projeto de Gestão Ambiental promove o fortalecimento dos sistemas municipais e de políticas públicas municipais do meio ambiente natural e artificial dos Municípios. Firmamos um Termo de Ajustamento de Conduta, no valor de 8 milhões de reais, com a empresa de energia do Estado de Minas Gerais, a CEMIG, e todos esses recursos FORAM destinados à elaboração de projetos de sustentabilidade na Bacia do Rio Pandeiros, ao qual já me referi.

Há inúmeras ações do Ministério Público de combate ao lançamento de efluentes diretamente nos cursos d'água na Bacia do São Francisco.

Há várias ações civis públicas propostas para exigir da Companhia de Água do Estado a recuperação das bacias hidrográficas, onde é feita a captação dos recursos hídricos, com várias decisões judiciais favoráveis.

Há diversos TACs de recuperação de matas ciliares.



Foram celebrados inúmeros termos de ajustamentos e propostas inúmeras ações com os proprietários, visando a recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e áreas desmatadas.

A Operação Parques de Papel exige do Estado e da União a preservação e estruturação das unidades de conservação e de proteção integral nos afluentes do São Francisco.

Há outro TAC, no valor de 6 milhões de reais, com a CEMIG, relacionado à usina de Três Marias, especialmente depois da grande mortandade de peixes. Esses recursos estão sendo investidos em projetos.

Mais um TAC com a empresa Votorantim Metais, em Três Marias, com todos os recursos destinados à recuperação de imagens e de avaliação de impactos ambientais.

O Projeto Lagoas Marginais, com o IBAMA, visa recuperar as lagoas marginais, ao longo do Rio São Francisco.

Além disso, ações civis públicas para implantação das estações de tratamento de esgoto; ações civis públicas para exigir o cumprimento da Lei Estadual nº 12.503. Foram ajuizadas inúmeras ações, várias já julgadas procedentes, impondo a recuperação das bacias hidrográficas, onde é feita a captação dos recursos hídricos.

Em relação ao combate de lançamento de efluentes nos cursos d'água, foram celebrados inúmeros termos de ajustamento de conduta com empreendedores, pessoas físicas e jurídicas, bem como a recuperação de matas ciliares.

A Operação Diamante visa combater a exploração de ouro e de diamantes em todo o Rio Abaeté, um afluente do São Francisco.

Voltando à Operação Parques de Papel, exigimos, em várias regiões do Estado, a delimitação.

Firmamos termos de ajustamento de conduta com grandes empresas: a Vale, a Gerdau, a CSN, a Anglo American, visando à recuperação e compensação pelos danos causados, além de medidas para garantir a estabilidade das barragens.

Mais ainda, ajuizamento de ações públicas para proteção de 4 milhões de pessoas, em mananciais próximos a Belo Horizonte.



Como dissemos, foram celebrados inúmeros termos de ajustamentos e ações destacadas sobre a constitucionalidade de leis municipais e estaduais.

Foram instaurados inquéritos exigindo a regularização ambiental de rodovias que operam sem licenciamento, com assoreamento, poluição, carregamento de materiais para os leitos dos rios.

Foram impetradas inúmeras ações contra o Estado de Minas Gerais visando à preservação de unidades de conservação, além da celebração de inúmeros TACs visando à regularização ambiental ou encerramento de aterros sanitários irregulares.

Foram instaurados inúmeros inquéritos para fiscalizar a concessão de outorgas nas sub-bacias do Rio São Francisco.

O Projeto Pró-Verde busca alternativas à tradicional atuação do Ministério Público, visando o pagamento de serviços ambientais e a elaboração de material para a atuação de outros promotores não especializados.

O roteiro que eu trouxe mostra as inúmeras ações do Ministério Público nesses anos, a integração com a Bahia, Alagoas, Sergipe e Pernambuco em um trabalho conjunto, o que prova que, por mais que o Ministério Público possa fazer e tenha feito na conciliação e, sobretudo, na mediação, ainda é muito pouco — para nós, é quase nada, é um tapa-buracos, Presidente.

O Ministério Público é um ator importante que pode atuar junto com a Câmara dos Deputados. Agora, a nossa ação será sempre muito pequena perto das necessidades. O MP, a meu ver, é um ator quase que suplementar, importante, mas há necessidade, sim, de integrarmos mais, darmos suporte às pessoas, aos movimentos sociais, à população e inseri-los mais nesse contexto. Há crédito na ação do Ministério Público — e falo como filho da região —, um ator que atrai a Mesa, os empreendedores, o poder público, todos.

Nós, hoje, criamos aqui, a partir de um projeto do Ministério da Justiça, as escolas de mediação. Minas Gerais teve a primeira escola de mediação do Brasil, que funciona na conciliação diariamente, buscando alternativas para as ações humanas em todo o Estado. É um exemplo para o Brasil. Nós temos sido copiados pelos Ministérios Públicos de todo o Brasil.

Então, Sr. Presidente, trazendo aqui a palavra do Procurador-Geral do meu Estado — e tenho certeza de que falo em nome dos outros Estados componentes da



Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco —, nós estamos à disposição de V.Exa., que demonstra, até pela sua presença esse tempo todo, a sua responsabilidade e a do Congresso Nacional. Seu maior papel hoje, se me permite a ousadia, é acompanhar e exigir as ações e projetos de revitalização do Rio São Francisco.

Todos os dias as regiões brasileiras, inclusive a Amazônia, precisam de acompanhamento, mas o nosso São Francisco que atende tanta gente, e agora vai atender mais gente ainda, não vai morrer não. Ele já está morto, precisa ser ressuscitado. O diagnóstico está lá: sem peixes, sem água, ou água poluída, sem transporte fluvial. É a maior manifestação de falência da ação estatal, e que se faz necessária.

Eu concordo com tudo que disse o Apolo. Ele insiste: "depende da educação". Depende, sim, da educação e depende da ação dos cidadãos, mas se não houver iniciativa do poder público — até o exemplo de um Presidente da República ir até lá, descer e atravessar o Rio São Francisco a pé, para mostrar para o País o que ocorre lá —, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Em 20 anos, vai haver um deserto lá, e não vamos mais conseguir atravessar o São Francisco a pé, não vai haver água para transpô-lo, porque o canal já está absolutamente assoreado, absolutamente assoreado, fruto dessas ações.

Eu agradeço a oportunidade de vir aqui mais uma vez e coloco o Ministério Público brasileiro à disposição do Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Dr. Jarbas Soares Júnior a participação.

A missão desta Comissão vai muito além da parte da estrutura física da obra. É importante acompanharmos a estrutura física da obra, mas é muito mais importante garantirmos essa sinergia, essa intersectorialidade e que todas as instituições — Tribunal de Contas da União, Ministério Público — acompanhem passo a passo esse projeto. As manchetes dos jornais, principalmente no Nordeste, como uma que eu acabei de receber aqui — acho que o Deputado Macedo ainda não recebeu — diz: *"Açude do Ceará tem o pior nível em 21 anos"*.

Vou ler aqui, rapidamente, a relação de açudes secos: *"Trici, em Tauá, em Assaré, em Crateús, em Quixeramobim, em Quixeré, em Pereiro, em Parambu, e Colina, em Quiterianópolis"*. São mais de 20 açudes secos, secos, secos! Um dia,



aqui, em debate sob aspecto político, eu disse para o Líder do Governo, Deputado José Guimarães, que é de Quixeramobim, que a sede estava sendo abastecida por carro-pipa.

O hospital de Quixeramobim, construído pelo ex-Governador Cid Gomes, não está funcionando, porque não tem água. O planejamento da gestão hídrica no Brasil é complexo, apesar de a lei ser de 1997, não é?

(Intervenção simultânea ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - É, de 1997, quando já se previa a necessidade de haver um planejamento hídrico, como observamos aqui em Goiás, onde observamos essas questões hídricas...

O SR. APOLO HERINGER LISBOA - Essa lei nasceu separada da lei ambiental. A Lei nº 9.433, de 1997, nasceu como outro sistema, separado do sistema ambiental de 1981. Então, no Brasil, água e meio ambiente são coisas separadas. Aí não pode dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Ontem eu estive rapidamente com o Presidente Eduardo Cunha e também o Secretário da Presidência Sílvio Avelino — até quero comunicar à Mirna e à Lívia —, a quem pedi a continuidade dos trabalhos desta Comissão, que deverá concluí-los no final do ano, até para dar vida a todos esses projetos e para concluir todas as pactuações. A cada dia chegam mais informações. Ressalto aqui as pesquisas feitas pelo Professor Welison Araújo Silveira, lado a lado com o trabalho do Dr. Talden Queiroz Farias, que nos trazem mais responsabilidade. O Presidente Eduardo Cunha disse que não haveria obstáculo algum. Nós, então, oficializaríamos pela Comissão, para fazermos todo esse acompanhamento.

Deputado Macedo, V.Exa. quer fazer mais alguma consideração? O Deputado Damião Feliciano também vai falar.

O SR. DEPUTADO MACEDO - Sr. Presidente, quero unir forças com outros Deputados que estão querendo vir à nossa Comissão para fortalecê-la e transformá-la em comissão permanente — talvez agregando a ela um nome, como Comissão de Revitalização do Rio, e não só obra de transposição. Temos que procurar o Presidente Eduardo Cunha para fazer isso.



Temos também de unir esforços com o Ministério Público — foi excelente o convite do nosso Procurador — e trazer pessoas que estejam engajadas e tenham interesse em defender o Rio, tão necessário para o Nordeste e para o Sudeste também. Temos que chamar o pessoal da Bahia, que também tem projetos para o Rio, como Alagoas já tem.

A partir do ano que vem, vamos participar mais disso. Temos que analisar as alternativas, preservando o tratamento de afluentes. Há aquele *royalty* pago pela geração de energia, que, a meu ver, está sendo mal utilizado, porque a parcela que vem para o meio ambiente é muito pequena. A maior parcela fica para os Estados e Prefeituras, perto das hidrelétricas. Vejo que esse dinheiro não está sendo bem aproveitado pelas Prefeituras e pelos Estados.

Vamos, então, solicitar a redistribuição dessa verba, isto é, que ela venha para o meio ambiente, e para financiar o Ministério Público nas ações que são necessárias para revitalizar o nosso rio, que hoje está agonizando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Deputado Macedo.

Passo a palavra ao Deputado Damião Feliciano.

Em seguida, passo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho uma preocupação em relação à transposição das águas do Rio São Francisco. Eu cheguei um pouco atrasado, mas ouvi o final da exposição do Dr. Jarbas Soares Júnior. Eu me preocupei com a exposição do Dr. Jarbas, porque o grande problema aqui é em relação ao final. Quem sofre é a Paraíba, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Nós precisamos de água.

Em quanto está a vazão do Rio São Francisco que corre para o mar? O assoreamento — é óbvio, Dr. Jarbas — tem que ser feito, mas nossa necessidade lá é diferente de querermos tomar conta do rio agora. É importante? É, mas eu não posso deixar de dizer estamos vivendo o pior momento de seca na Paraíba.

Eu ouvi um discurso dos baianos, que é semelhante, naturalmente, ao discurso do Ministério Público, que não coincide com a nossa realidade na Paraíba. É preciso ver com outros olhos. Nós precisamos de água. Lá está seco, como



V.Exa., Presidente, acabou de receber a informação — é a pior seca que a Paraíba e essa região já tiveram. Os açudes estão secos. Será uma redenção para o Nordeste a transposição das águas do São Francisco.

Está entrando água no mar, que, por pouca que seja, já é alguma coisa. Quanto ao desassoreamento do Rio, ele deverá ser feito no momento oportuno. Minha proposta, como médico, é tratar primeiro a doença principal. É preciso ver com outros olhos. Não vou dizer que o Ministério Público não esteja com uma visualização contextual, mas, como representante da Paraíba, digo que nossa necessidade é maior. Precisamos de água. O colapso lá é total. Os mananciais estão chegando a 10, 15%. Ninguém sabe o que fazer naquela região.

Vemos um sentimento ou uma perspectiva atrasadíssima da transposição das águas do São Francisco, que já deveria ter sido feita, e o Tribunal de Contas tem mecanismos para proibir por diversos motivos, mas não vê a necessidade humana. Tecnicamente, proíbe a obra por isso ou por aquilo, mas deixa as pessoas sem água.

Na Paraíba, o povo está se abastecendo de carro-pipa. Isto é um absurdo! Aquela fila enorme, todo mundo com uma lata d'água na cabeça. Os caminhões se tornam muito mais caros, porque eles estão pegando água cada vez mais longe. Hoje, só não há saques na região por causa do bandido Bolsa Família.

Então, eu quero trazer um alerta para o Ministério Público: que ele tenha uma visualização contextual, que, tecnicamente, está correta, mas precisamos ter uma visão mais urgente, mais humana, mais necessária. Nós precisamos da transposição das águas do Rio São Francisco por mais que haja problemas no assoreamento do rio, por mais que se tenha que atravessar o rio, mas é necessário concluir a obra — até porque 80% da obra estão prontas. Isto é fundamental. Depois, discutiremos o assoreamento.

Eu fiz questão de fazer essa observação para que se tenha outros olhos em função da conclusão dessa obra, porque lá na ponta a situação é grave.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O Deputado Damião Feliciano tem razão. Vou pedir permissão aos Parlamentares e aos convidados para passar a palavra ao nosso Procurador para suas considerações



finais. S.Sa. tem compromisso agora, às 12 horas, no Senado Federal. Em seguida, ouviremos o nosso grande Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. JARBAS SOARES JÚNIOR - Agradeço a V.Exas. pela gentileza e peço desculpas, pois me programei para outra reunião ao meio-dia. Quero, na presença da Deputada Raquel Muniz, agradecer pelo convite. S. Exa. é minha conterrânea e tem presença marcante em toda a região.

Só para concluir, Deputado, realmente V.Exa. chegou ao final da minha fala, quando me referia à luta do Ministério Público, que, hoje, como eu disse no início da minha manifestação, é pela revitalização do Rio. A obra está lá, vai ser concluída, tem que ser concluída no estágio que está, é necessária. Agora, toda a luta do Ministério Público brasileiro, um parceiro do Poder Legislativo e filho desta Casa — na verdade, o Ministério Público existe por decisão desta Casa —, é para que a água chegue lá. É para revitalizar, para realizar inúmeras ações que citamos aqui e que, infelizmente, chegamos à conclusão de que nós somos apenas um tapaburacos. Nossa ação é muito pequena perto da necessidade, mas o Ministério Público de Minas Gerais está organizado em 11 Promotorias de bacias hidrográficas em todo o São Francisco. Na verdade, começa perto de São Paulo e vai para lá. Estamos irmanados não só nas ações, mas também no mesmo sentimento. Nossa ação é efetiva para que a água chegue no Ceará, Estado ao qual o Brasil deve tanto.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Então, Dr. Jarbas, nosso pedido é que os senhores acompanhem essa situação com os nossos olhos, principalmente a conclusão. Quanto à revitalização e ao desassoreamento do rio, nós podemos e devemos fazer, não sou contra, mas os nossos olhos são para a necessidade atual, urgente, pela conclusão dessas obras. Isto é importantíssimo.

O contexto é uma coisa e a necessidade é outra. Eu concordo plenamente e tecnicamente com o que V.Sa. estava falando, mas eu gostaria que o senhor se somasse à ideia de que precisamos acabar a obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Dr. Jarbas Soares Júnior. Convido o Dr. Talden Queiroz Farias para retornar à Mesa.

Passo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia.



O nosso Parlamentar da Bahia teve a iniciativa de criar um grupo, uma frente parlamentar em defesa da revitalização e da transposição. O Deputado Arthur Oliveira Maia vem liderando esse grupo. Precisamos somar forças para efetivamente ter todo esse acompanhamento e que esse debate não aconteça somente na Frente Parlamentar, mas também nesta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. DEPUTADO ARTHUR OLIVEIRA MAIA - Sr. Presidente Deputado Raimundo Gomes de Matos, meu caro Dr. Talden Queiroz Farias, Dr. Apolo Heringer Lisboa, meus caros colegas desta Comissão, penso que todos nós nordestinos temos tido sempre essa preocupação com a situação do Rio São Francisco, e não é de hoje.

Fui Prefeito de uma cidade que fica no Vale do Rio São Francisco, Bom Jesus da Lapa, e desde sempre temos acompanhado os protestos que acontecem aqui ou acolá, às vezes no âmbito da política, às vezes no âmbito da sociedade civil organizada, outras vezes até manifestações de artistas, sempre apontando com muita seriedade e gravidade a triste situação que o São Francisco vem passando. Não são poucos os estudos que demonstram essa situação realmente muito precária.

Essa talvez seja a maior seca que o Nordeste brasileiro já viveu em toda sua história, ou a de que se tem registro, são 5 anos consecutivos de seca. A Barragem de Sobradinho atingiu o menor nível da sua história. O Rio São Francisco, pela primeira vez, no ano passado, teve a sua nascente secando e tantas outras notícias ruins. Tudo isso continua acontecendo e, certamente, se não tomarmos uma providência, essa situação será mais grave ainda daqui a 1, daqui a 2 ou daqui a 10 anos.

Eu penso, meu caro Presidente, que realmente o mais importante seria iniciarmos nesta Casa, dada a gravidade da situação, um ato para transformar esta Comissão e a Frente Parlamentar que coordeno em uma única Comissão de existência permanente. V.Exa. falou sobre isso há pouco.

Dessa forma, teríamos na Casa um fórum permanente, com reuniões semanais, para debater o assunto do Rio São Francisco e ter, a partir das decisões que tomarmos, uma ação direta na Comissão Mista de Orçamento para definir, de



maneira muito clara, aquilo que vai ser investido a cada ano na recuperação do Rio São Francisco.

Meu caro Presidente, nós que somos nordestinos sabemos que os Governos brasileiros, em regra, têm uma atenção muito maior com o Sul e com o Sudeste. Essa é uma realidade histórica. Não estou aqui chorando mágoas nem ressentimentos, nada disso.

Vivemos em uma Federação e sabemos que há disputa por verbas no âmbito do Congresso Nacional, do qual fazemos parte, mas obviamente temos tido ações difusas. Um Deputado da Bahia faz um discurso; o de Pernambuco, o da Paraíba, o do Ceará fazem outros discursos isoladamente. Tomamos posições isoladas.

A CODEVASF tem tido uma capacidade muito restrita no encaminhamento de soluções de proteção e de recuperação do Rio São Francisco, e nós vivemos uma realidade de permanente depreciação das condições do Rio.

Eu quero dizer a V.Exa. que apoio integralmente sua proposta de transformarmos esta Comissão Externa em uma Comissão Permanente. Inclusive, caso isso aconteça, não vejo nenhum sentido em continuarmos com a nossa Frente Parlamentar de Defesa e Desenvolvimento do Rio São Francisco, que poderia se somar a esta Comissão. Dessa forma, teríamos um fórum de debates que não sofreria solução de continuidade nesta Casa. Assim poderemos ter toda semana, todo dia até, reuniões em que será debatida a questão do Rio São Francisco.

Não adianta debater a transposição sem debater o restante das questões que envolvem o Rio São Francisco. Não adianta! Não adianta pensar na transposição sem pensar na Serra da Canastra, em Minas Gerais, sem prestar no Médio São Francisco, sem pensar no Lago de Sobradinho, sem pensar nas populações ribeirinhas, sem pensar na depredação do meio ambiente que está acontecendo em todas essas áreas, sem pensar no oeste da Bahia, que é o maior contribuinte que o São Francisco tem do ponto de vista geográfico, porque, afinal, os principais afluentes do São Francisco vêm do oeste da Bahia.

Sr. Presidente, precisamos urgentemente nos organizar. A nossa organização política agora é o passo inicial para que possamos, em seguida, dar uma contribuição a esse debate que não seja esporádica, casual e momentânea.



Portanto, Deputado Raimundo, quero me somar à proposta de V.Exa. como um soldado e, se necessário for, procuraremos o Presidente Eduardo Cunha e levaremos essa proposta ao Plenário da Casa. Eu tenho certeza de que o nosso partido, o Solidariedade, do qual sou Líder, estará nessa luta. Também tenho certeza de que muitos outros partidos se somarão a essa iniciativa, que é urgente e da maior importância para o Brasil.

O Rio São Francisco não é só de um Estado, não é sequer o patrimônio de uma região. Obviamente, o colapso que pode representar a interrupção do fluxo das águas do Rio São Francisco terá consequências gravíssimas inclusive no êxodo da população para outras regiões do Brasil. Por esse motivo, a solução para esse problema precisa ser encaminhada de maneira muito mais intensa, muito mais forte, muito mais afirmativa por esta Casa.

Minha intervenção é apenas no sentido de me somar à iniciativa de V.Exa. de transformar esta Comissão em uma Comissão Permanente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço a participação do Deputado Arthur Oliveira Maia.

Com certeza, nós iremos fazer essa articulação, contando com o apoio de V.Exa., Deputado. No entanto, discordo do que V.Exa. disse em relação a não termos mais a Frente Parlamentar de Defesa e Desenvolvimento do Rio São Francisco, coordenada por V.Exa., porque ela tem uma boa capilaridade e uma força que podem contribuir muito mais do que a própria Comissão. É claro que a Frente Parlamentar, nesta Casa Legislativa, tem suas normas atribuídas pelo Regimento, o que faz com que nós possamos fazer articulações e ter força.

Com a ideia brilhante de V.Exa. neste seu mandato, podemos manter a Frente Parlamentar para articular as ações.

Convido a Deputada Raquel para fazer parte da Mesa. S. Exa. é uma das autoras do requerimento desta nossa audiência pública.

Tem a palavra a Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Cumprimento o nosso Presidente, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, um grande lutador pela transposição e revitalização do Rio São Francisco nesta importante Comissão.



Agradeço aos palestrantes convidados, Dr. Jarbas Soares e Dr. Apolo Heringer Lisboa, a importante contribuição que nos deram nesta manhã. Agradeço também as presenças dos alunos de Gestão Ambiental do ICESP de Brasília que participam desta audiência e dos Parlamentares nordestinos, meus amigos — eu sonho que um dia a minha região tão castigada, o norte de Minas, poderá integrar-se efetivamente à deles.

Cumprimento também o Vereador da cidade de Pirapora, que recebeu, como grande anfitrião, juntamente com o Prefeito Léo, esta Comissão, o Ministro da Integração, Gilberto Occhi, e 12 Parlamentares de Estados do Nordeste brasileiro, além de Deputados de Minas Gerais.

Sou a única mineira que participa desta Comissão e tenho conclamado à minha bancada mineira que venha participar conosco das reuniões.

Ouvi o depoimento brilhante do Deputado Arthur Maia, da Bahia, Estado vizinho ao nosso, preocupado também Minas Gerais. Esperamos que a água do São Francisco vá para lá efetivamente.

A exposição do Sr. Apolo nos fez lembrar que essas medidas com o Rio Preto e com o Rio Tocantins podem ser importantes, mas há necessidade efetiva, concreta e científica de revitalizarmos o Rio São Francisco.

O Sr. Talden está muito preocupado, Deputado Raimundo, com a barragem de Três Marias, porque, se houver um colapso lá — e há possibilidade de isso acontecer —, vamos ficar sem água para beber. Hoje está em torno de 17% a capacidade da barragem. Por isso nós nos preocupamos muito com esse problema.

Toda vez que volto à minha base, fazemos reunião sobre isso. Agora estamos no período efetivo das secas. As pessoas estão com a lata d'água na cabeça, rezando. Eu sou uma pessoa de fé, mas acredito que precisamos aliar a fé ao trabalho.

Temos que resolver esse problema da seca não com carro-pipa, porque já nos cansamos disso, já gastamos muitos recursos com carros-pipa. Esta Casa precisa dar efetivamente uma resposta nesta Legislatura. Temos que procurar o Presidente Eduardo Cunha e ir ao plenário falar que o Brasil vive uma crise hídrica, e a população de Minas Gerais e a de outros Estados do Nordeste brasileiro parece que já se acostumou a isso. Na verdade, vivemos isso há mais tempo. O



Governador de São Paulo agora está sendo chamado de torneira seca. Estive no Pará recentemente e vi a quantidade de água que está contaminada pelo naufrágio dos bois.

Nós temos que unir o Brasil de ponta a ponta pelo bem maior de que precisamos para ficarmos de pé, que é a água.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço à Deputada Raquel Muniz a participação e passo a palavra ao Dr. Talden Queiroz Farias.

O SR. TALDEN QUEIROZ FARIAS - Eu queria agradecer o convite do Presidente desta Comissão, o Deputado Raimundo Gomes de Matos, e fazer umas breves considerações a respeito da fala do Deputado Damião Feliciano, da minha cidade, um Deputado extremamente atuante, especialmente no que diz respeito ao combate à pobreza.

S. Exa. tem razão ao revelar sua preocupação com o andamento da obra da transposição no que diz respeito a garantir a segurança hídrica e a entregar aquilo que o projeto prometeu.

A minha preocupação, Deputado, é a seguinte: não estamos fazendo certos deveres de casa que são simples, que são pequenos e que, em tese, seriam mais fáceis de fazer, como resolver a questão da mata ciliar dos rios e o despejo de esgoto nos rios.

A própria legislação de recursos hídricos, a Lei nº 9.433, de 1997, espelhando-se no modelo francês, criou os Comitês de Bacia Hidrográfica e os sistemas de outorga e de cobrança, que não são implementados. Essa lei literalmente não é implementada ou é implementada apenas parcialmente, apenas minimamente, ou seja, nós não aplicamos a legislação de recursos hídricos ou, quando a aplicamos, isso se dá apenas parcialmente. Nós não fazemos o dever de casa. A legislação não está sendo cumprida.

O Deputado Gonzaga Patriota diz: *“Ah, vamos trazer água da Bacia do Tocantins.” “E a Bacia do Tocantins?” “Ah, vamos trazer água da Amazônia”*. E isso vai terminar onde?



Dessa forma, nós não estamos fazendo o nosso dever de casa. E precisamos fazê-lo. Afinal de contas, se não tivermos certos cuidados com o Rio São Francisco, não vai haver água para a transposição. A recuperação do rio e sua transposição têm que ser feitas *pari passu*. Não adianta só cuidar da obra e deixar o rio à margem. É preciso haver a recuperação ambiental do rio, para garantir esse objetivo maior — uma grande preocupação não só do Deputado Damião Feliciano, mas dos representantes do Ceará, da Paraíba e de todos os demais Estados —, que é a própria viabilidade da obra.

Nós estamos falando de recuperação ambiental, que inclui a recuperação da mata ciliar. Para isso, basta observar o Código Florestal, não despejar esgoto nos rios — essa é uma realidade em quase todo o Brasil — e implementar a legislação de recursos hídricos. Precisamos que os planos de recursos hídricos sejam feitos, sejam efetivados.

Por fim, devolvo a palavra à Deputada Raquel. Para mim, foi uma honra estar aqui com ela, com o Prof. Apolo, com o Prof. Jarbas Soares Júnior. Sou quase do norte de Minas. Minha esposa é dessa região, de Bocaiúva. Enfim, tenho uma grande afinidade com a área, que é quase um Nordeste.

Agradeço mais uma vez à Mesa e me coloco à disposição. E parabênizo o Deputado Raimundo Gomes de Matos pela iniciativa. Hoje a crise hídrica é o problema mais urgente, mais grave do Brasil! Em todo lugar, há crise hídrica. Nos livros de Ecologia, de Direito Ambiental, sempre havia aquela perspectiva de crise ambiental: “*O colapso pode chegar*”. Não, o colapso hídrico já chegou, e nós estamos ainda de mãos atadas de certa forma.

São essas as minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Tem a palavra o Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - O Prof. Farias é um intelectual, naturalmente um estudioso no assunto. É da Paraíba, conhece a necessidade do povo profundamente. Mas nós estamos vivendo também uma crise que não é hídrica, mas econômica. Nós estamos sem dinheiro! Só em 2017 teremos perspectivas de melhora. Até lá, metade da população morreu de sede, não é?



Dessa forma, o grande problema é: onde nós vamos aplicar esse recurso? O pouco que existe, é preciso que nós o direcionemos. A minha preocupação é esta: vamos aplicar o que nós temos agora nas matas ciliares, no desassoreamento do rio ou na conclusão da obra? Entre um e outro, eu preferiria concluir a obra, porque há uma evasão para o mar da água, que naturalmente deve ser aproveitada pela população.

Estou me referindo ao aspecto prático, não à visão contextual e técnica. Professor, eu só estou fazendo uma comparação entre a perspectiva real e a técnica. O senhor, que é intelectual, estudioso, sabe perfeitamente do que eu estou falando. Mas eu estou falando do ponto de vista pragmático. Estando numa crise hídrica e numa crise econômica, eu prefiro concluir a obra de transposição, que já está 80% concluída.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Deputado Damião Feliciano e passo a palavra ao nosso pesquisador Welison.

O SR. WELISON ARAÚJO SILVEIRA - Nobre Deputado, agradeço mais uma vez o convite para participar desta audiência pública. Agradeço também ao Deputado Damião Feliciano, nosso conterrâneo, que, apesar de não ser membro desta Comissão, fez questão de participar dos debates e levar os questionamentos à Paraíba. Temos alguns Deputados que fazem parte desta Comissão, como os Deputados Rômulo Gouveia, Efraim Filho e Pedro Cunha Lima.

Mais uma vez, fico muito entusiasmado com a propositura de tornar esta Comissão Temporária uma Comissão Permanente, não só para acompanhamento da transposição, mas também para realizar a revitalização do Rio São Francisco.

Como eu disse em minha explanação, a preocupação é concluir a obra, como disse o Deputado Damião, mas também devemos manter a qualidade do rio, para garantir que a população que precisa de água e a que vive diretamente dela, como agricultores e pescadores, não sejam atingidas pela falta de atenção do Governo.

Apenas reitero o pedido de se alinhar o pensamento do Poder Executivo com o da comunidade acadêmica, dos pesquisadores. Disponho-me, como membro da Comissão Nacional do Meio Ambiente da OAB, a colocar à disposição desta Comissão várias pesquisas de estudantes que têm se debruçado sobre esse assunto.



E quero conclamar todos para que essa pesquisa não seja perdida e não fique entre muros, não fique apenas para contemplação e estudos de técnicos e estudiosos, mas que seja colocada em prática para colaboração com o próprio Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço a participação do nosso grande pesquisador e professor. Seus dados são importantes para orientar a condução dos nossos trabalhos.

Antes de passar a palavra ao Prof. Apolo, coloco em votação, Deputada Raquel Muniz, a ata da reunião anterior.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - A ata já havia sido disponibilizada anteriormente. Sendo assim, atendendo à solicitação da Deputada Raquel Muniz, em não havendo nenhum Parlamentar que faça objeção a essa dispensa, coloco em votação a ata da reunião anterior.

Não havendo nenhuma manifestação contrária, está aprovada a ata da reunião anterior.

Passo a palavra ao Prof. Apolo.

O SR. APOLO HERINGER LISBOA - Agradeço a todos os presentes, Deputados, pessoas ligadas ao Rio São Francisco, ao meio ambiente, aos que nos acompanham pela Internet ou pela televisão. Esta reunião nos trouxe a esperança de que iremos reorganizar essa Frente em defesa dos rios do Brasil.

Eu sugeri ao Deputado Raimundo Gomes de Matos que esta Frente Parlamentar não fosse só pelo São Francisco. Todos os rios brasileiros estão morrendo! Isso é fruto de uma política, de uma visão de mundo que leva a se tratar a natureza com desdém, como se fosse insumo, depósito de material de construção. Não se vê que o ecossistema é vivo. A Terra é viva! E nós estamos negligenciando isso.

Dessa forma, esta Frente Parlamentar — esta é uma sugestão de um cidadão — deveria ser uma frente de revitalização dos rios do Brasil, e o São Francisco é um



deles. Nessas outras áreas, também há pessoas, há Deputados que estão com o mesmo problema.

Deputado Damião Feliciano, eu acabei de chegar de uma palestra, em que estava até o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, na cidade de Afonso Cláudio, no Baixo Rio Doce. Eu visitei várias fazendas e nelas conheci produtores de cachaça, produtores de café, produtores de pão. O povo do Espírito Santo é muito empreendedor! Eu fiquei impressionado!

E tudo estava seco, sem água. Parecia que eu estava na roça, lá no norte de Minas, em Salinas, onde eu fui criado. O povo todo estava reclamando de falta d'água. Em São Paulo é a mesma coisa! A seca não é mais um fenômeno só do Nordeste. Os senhores precisam assumir a luta pela água como um projeto nacional e não mais apenas nordestino, para aumentar a força. Esse é um problema governamental.

Por que não entram juntas, na agenda política, a questão da água e a do meio ambiente? Primeiramente, nós temos que unificar o Sistema Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. São dois modelos que funcionam separadamente. Precisamos juntá-los.

Deixei com o Sr. Geraldo Pereira a cópia de uma carta de princípios da gestão da Bacia do São Francisco, redigida por mim, a pedido do então Ministro José Carlos Carvalho, do Governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa carta de princípios do São Francisco faz isto: propõe a integração dos dois sistemas. Já faz 14 anos que ela foi feita. E ela mostra que a legislação brasileira já é suficiente para fazer isso.

Eu deixei aqui vários materiais para a Comissão e para a Frente Parlamentar, como a Carta de Morrinhos, a Meta 2020, a proposta que enviei para Dilma Rousseff quando ela era candidata, no dia 22 de outubro do ano passado. Ela a assinou, postou no *site* da campanha dela. Tratou-se de um compromisso oficial, então podemos cobrar. Há vários documentos que eu enviei. E Giles Azedo, que era o assessor especial, trabalhou nessa questão e tudo foi articulado com a chefia da campanha em Minas, comigo, com o Giles e com a Presidente. Portanto, a Frente Parlamentar pode cobrar isso como um compromisso. A pessoa tem a obrigação de



cumprir os compromissos assumidos. Tenho todos esses documentos aqui, e há mais coisas comigo que posso enviar.

Eu ouço muito falar em construção de canais e construção de reservatórios. Quero que os senhores pensem uma coisa: nós produzimos um fenômeno chamado seca subterrânea. A seca subterrânea não coloca água no rio na estiagem. O Brasil se tornou talvez o maior produtor mundial de grãos e de carne, e isso consome água. A água sumiu, evaporou. Ou alguém acha que seríamos um dos maiores produtores de grãos e de carne do mundo e não iria acontecer nada? Onde está a conta? Temos que considerar a conta.

Um poço artesiano custa 7 mil reais no norte de Minas. As pessoas estão fazendo demagogia com poço artesiano para todo lado. Isso aprofunda a seca subterrânea cada vez mais.

A COPASA, que é o órgão de fornecimento de água de Minas Gerais — não digo saneamento, porque ela joga esgoto no rio —, já furou este ano mais de 120 poços artesianos. Nós estamos, na emergência, aprofundando a causa dos problemas e não estamos recarregando os aquíferos, que são formados através da chuva. De um ano para o outro, seria possível aumentar muito o fornecimento de água, mas teríamos que mudar a maneira de encarar os ecossistemas.

Deputado Damião, provavelmente V.Exa. já sabe, mas vou lembrá-lo de que tenho dois professores da Paraíba. Eu já estive na Paraíba, no debate da Caravana, o que foi até interessante. O povo paraibano é muito aguerrido, eu também sou. Tivemos debates, Vereadores me ameaçaram, fui à rádio e à televisão. Eu disse que é assim que eu gosto. Eu gosto da Paraíba e vou voltar lá com a minha família. Eu disse: *“Se acontecer alguma coisa comigo, os senhores vão para a cadeia”*. (risos.) Mas não teve problema, não.

O meu professor de Hidrologia, que se chama Patrocínio Tomaz, foi da Universidade de Campina Grande. Ele é um dos grandes luminares da Hidrologia do Brasil. Está lá do seu lado, um homem acessível, de uma cultura impressionante. O outro é o João Suassuna, neto do ex-Governador. Ele mora em Recife e é pesquisador na Fundação Joaquim Nabuco. Acho que o senhor um dia poderia convocar uma reunião, chamando esses dois, junto com pessoas que pensam de forma diferente, porque só há avanço de conhecimento quando há contradições. Se



todo mundo pensa da mesma forma, não acontece nada. Isso é igual casamento entre irmãos: vai nascer tudo com problemas.

Quanto à questão sobre se há muita tendência de se pensar na água para a agricultura ou para os nossos filhos, eu não vi ninguém aqui, raramente eu vejo, Deputado — e aí está o grande engano nosso, que é o ser humano se considerar extraterrestre, mais perto de Deus do que dos animais —, defendendo água para os animais. Onde o passarinho vai beber água? Onde os outros animais que estão aí, como a raposa, a cobra — nem sei se cobra bebe água — e o periquito vão beber água? Nós temos que defender a água para todos os seres vivos, porque, se todos os seres vivos tiverem água, nós também vamos ter.

O ser humano tem que parar de pensar que ele é o único ser vivo que tem direito à vida. Essa visão limitada impede-o de fazer uma política mais ampla para defender os ecossistemas. O peixe também precisa de água. Onde que o peixe vai beber água?

Queremos peixe, passarinho, tudo; queremos água e destruimos o meio ambiente, que é a casa da água. A água mora nos ecossistemas vivos. Se eu destruo o ecossistema, a água vai embora. Se eu me mudei para aquela região porque havia um rio e construí minha cidade, a água irá embora porque eu destruí tudo.

Eu não tenho dó do ser humano, eu tenho dó dos animais. O ser humano está pagando pelo que fez. Ele tinha a obrigação de fazer diferentemente. Quem é que ensinou o ser humano — no Nordeste, na Paraíba — a jogar esgoto no rio? Quem mandou o ser humano despejar esgoto no rio, em Pernambuco, se dizem que há pouca água? Isso é outra conversa. A água do semiárido é 700 milímetros de precipitação anual. Há mais água do que em Israel e na Espanha. O que não existe é gestão dessa água. E, quando há gestão, trabalha-se como se a água fosse uma caixa d'água, um canal. A água é parte de um ecossistema vivo e tem outra lógica.

O ser humano tem problema de cabeça. Ele é um ser que desenvolveu pouco o cérebro. Isso é pecado. Deus bota um cérebro no ser humano, e o indivíduo não o desenvolve. Assim ele irá para o inferno! O ser humano não usa seus talentos. Na Bíblia Jesus fala que, se o ser humano não usa seus talentos, ele está cometendo um pecado.



Eu não tenho dó do ser humano. O ser humano chora de barriga cheia, comete todos os crimes e se faz de coitadinho. Eles desmataram o Nordeste, o Agreste, desmataram a Zona da Mata para plantar cana. Agora reclamam que não têm água? É o que ocorre em Minas. Lá todas as mineradoras desmatam e bombeiam água das cavas.

Em volta de toda a cidade de Belo Horizonte existem mais de 500 buracos de três quarteirões ou quadras. São buracos de 200, 300 metros de diâmetro, bombeando água o dia inteiro para fora, para fazer com que o enorme caminhão e o trator entrem e minerem ferro no seco. Depois dizem: *“Olha lá, a água fugiu”*. Coitadinho. E a empresa que mais faz isso é a Vale do Rio Doce. A Vale do Rio Doce é a empresa que mais deve impostos ao Governo brasileiro. Ela sonega e não paga. E eu não vejo nenhum processo contra a Vale do Rio Doce.

Quem manda em Minas não é o Governador de Minas. É a Vale. É ela que manda em Minas, como mandava, em Morro Velho, com os ingleses. Nós estamos em um país neocolonial, exportador de produtos primários, que não respeita o território.

Eu aconselho os senhores a estudarem a vida de José Bonifácio de Andrada e Silva. O Patriarca da Independência foi o maior ambientalista que o Brasil já teve. Ele condenava a caça à baleia no Nordeste, ele era contra o desmatamento. Esse homem merece ser o patrono do movimento ambientalista brasileiro. Temos a impressão de que o movimento ambientalista no mundo começou em 1972, em Estocolmo. Nós não conhecemos nada de história. Em 1500 e em 1600 havia padre intelectual e político condenando o desmatamento no Brasil.

Nós estamos com uma conta muito alta para pagar. E a falta de água não ocorre por causa de mudança climática. Isso é conversa fiada. A mudança climática é efeito de longo termo. Tudo isso que está acontecendo é obra nossa, das políticas aplicadas, e não da mudança climática. Isso pode ser reconhecido no futuro. E não é porque faltou chuva também não.

Sabemos que existem períodos em que chove mais e há outros em que chove menos. Nós já aprendemos isso. Toda universidade sabe disso, mas não tomamos as providências. Portanto, a causa real não é a falta de chuva, nem a



mudança climática. Nós temos que sair da superficialidade e tomar decisões políticas estratégicas profundas.

Gostaria de expressar meu agradecimento a todos e dizer que continuo à disposição — meu *e-mail* é apololisboa@gmail.com. Estou à disposição dos senhores para debater esse assunto e colaborar com esta Comissão. Nós temos que somar forças, temos que somar forças no Brasil.

Acho que a crítica não tem o objetivo de se criar divisão profunda. No Brasil a situação está ótima. Eu escuto o pessoal falando que o Brasil está ruim. Nossa Senhora! Está tão bom que os sírios estão vindo para cá, os iraquianos estão vindo para cá, os povos do Afeganistão estão vindo para cá, e nós estamos falando que aqui está ruim?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Agradeço ao Prof. Apolo.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, peço a palavra a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Concedo a palavra rapidamente ao Deputado Damião Feliciano.

O SR. DEPUTADO DAMIÃO FELICIANO - Sr. Presidente, eu só quero dizer que agora entendi por que ele foi ameaçado na Paraíba. (*Risos.*)

Eu estou brincando, professor, eu estou brincando. O senhor falou com muita pertinência sobre o assunto — e o senhor tem razão —, já que é um grande estudioso. Naturalmente o senhor sabe muito mais coisas do que eu sobre esse assunto, até porque o senhor vem há muito tempo debatendo esse tema.

Eu tenho preocupações como político e representante do povo da Paraíba e do Nordeste, e naturalmente como Parlamentar do povo brasileiro. Nós sentimos essa necessidade formal hoje, essa necessidade premente. O povo nos procura diretamente para que possamos, como políticos, dar soluções a esse problema.

O senhor tem razão quando diz que o problema não é climático, o problema não é a falta de chuva. A questão é de gestão do fornecimento de água. É óbvio que nós entendemos que, se houvesse outro mecanismo e se tivéssemos tido outros cuidados, talvez as coisas não estivessem da forma como estão hoje.



Entretanto, eu insisto que concluamos a obra, já que essa é uma obra secular de transposição — desde Dom Pedro II existe essa necessidade, e foi ele que indicou essa transposição. E nós já estamos em vias de concluí-la. A minha preocupação primeira, focada, é que concluamos essa obra em 100%.

E, depois de todas essas coisas que ocorrem por aí, com certeza, o povo brasileiro, que é versátil, que é inteligente e que tem tanta sabedoria, vai naturalmente dar soluções a esses problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós queremos agradecer a todos os palestrantes. É de suma importância a participação de todos.

A Ordem do Dia já se iniciou. Antes de encerrar, nós queremos comunicar que, no dia 5 de novembro, está previsto um fórum de debates em Juazeiro do Norte, na Região Metropolitana do Cariri, para debater com os Prefeitos a questão da transposição e o resultado da auditoria do TCU em relação às obras de esgotamento sanitário.

Em seguida, haverá uma programação no dia 6, com visitas técnicas em Cabrobó, Salgueiro e no reservatório de Jati, para verificarmos *in loco* a questão do estágio das obras da transposição. A Secretaria da Comissão depois encaminhará a programação para a confirmação dos nossos Parlamentares.

Concluindo, nós só queremos dizer ao Prof. Apolo que, com certeza, a sua exposição, como as dos demais convidados, é de suma importância. Ninguém tinha ainda comentado a questão da seca subterrânea. Há poucos dias o Governador do Ceará afirmou em uma entrevista que, em uma cidade chamada Boa Viagem, já tinham perfurado 80 poços, e não encontraram água em quantidade suficiente para abastecer a cidade de Boa Viagem. Foram perfurados 80 poços só na sede do Município, em virtude justamente dessa seca subterrânea, sobre a qual falou nesta reunião o nosso Prof. Apolo.

Concluimos aqui a nossa audiência pública. Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.